



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, janeiro/2006

**MINISTRO DA FAZENDA**

Antônio Palocci Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Murilo Portugal Filho

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**CHEFE DE GABINETE**

Márcio Leão Coelho

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

José Antônio Gragnani

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** cesef.df.stn@fazenda.gov.br

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 12, dezembro 2005. 46 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

## **RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O Governo Central apresentou em dezembro déficit primário da ordem de R\$ R\$ 4,1 bilhões, o que levou o resultado acumulado para o exercício de 2005 a R\$ 52,5 bilhões. Essa cifra se compõe de superávit de R\$ 90,4 bilhões no Tesouro Nacional, déficit de R\$ 37,6 bilhões no Regime Geral da Previdência Social (R\$ 37,6 bilhões) e déficit de R\$ 312,0 milhões no Banco Central do Brasil. Como proporção do PIB, o superávit primário do Governo Central correspondeu a 2,72% do PIB estimado, contra 2,79% no exercício de 2004. Esse desempenho deu-se não obstante o aumento do déficit primário da Previdência Social, que passou de 1,81% do PIB, em 2004, para 1,94% do PIB, em 2005, e um aumento de 24,2% no valor das transferências para Estados e Municípios em relação a 2004.

*O resultado primário do Governo Central em 2005 foi de 2,72% do PIB estimado, contra 2,79% em 2004.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2004-2005**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	NOV 2005	DEZ 2005	JAN-DEZ 2004 2005	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>39.810,6</b>	<b>55.798,8</b>	<b>419.615,3</b>	<b>488.355,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>30.660,0</b>	<b>40.212,2</b>	<b>324.614,0</b>	<b>378.527,5</b>
I.1.1 Receita Bruta (1)	31.686,2	41.002,3	338.336,7	392.419,2
I.1.2. (-) Restituições	-1.026,1	-783,1	-13.722,7	-13.884,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-7,0	0,0	-7,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>9.044,1</b>	<b>15.486,6</b>	<b>93.765,4</b>	<b>108.434,1</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>106,5</b>	<b>100,0</b>	<b>1.236,0</b>	<b>1.394,2</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>8.216,6</b>	<b>9.266,7</b>	<b>67.557,4</b>	<b>83.936,7</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>31.593,9</b>	<b>46.532,1</b>	<b>352.057,9</b>	<b>404.419,1</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>30.315,9</b>	<b>50.651,0</b>	<b>302.689,4</b>	<b>351.930,7</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)</b>	<b>8.110,2</b>	<b>10.894,7</b>	<b>83.656,0</b>	<b>92.230,8</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>12.071,4</b>	<b>22.400,5</b>	<b>125.750,8</b>	<b>146.010,1</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>10.000,8</b>	<b>17.169,8</b>	<b>91.088,1</b>	<b>111.430,6</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.200,8	930,1	9.880,7	11.900,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	553,7	3.325,7	5.563,9	10.423,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	840,9	848,3	7.502,0	9.253,1
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.405,4	12.065,6	68.141,5	79.853,6
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>15,9</b>	<b>34,5</b>	<b>622,1</b>	<b>552,9</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>117,5</b>	<b>151,5</b>	<b>1.572,4</b>	<b>1.706,3</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>1.278,0</b>	<b>-4.118,9</b>	<b>49.368,6</b>	<b>52.488,5</b>
V.1. Tesouro Nacional	4.316,5	2.846,6	81.690,4	90.376,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.027,3	-6.913,8	-31.985,4	-37.576,0
V.3. Banco Central (4)	-11,1	-51,6	-336,4	-312,0
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,79%</b>	<b>2,72%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2005/2004	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>16,4%</b>
Tesouro	16,6%
Previdência	15,6%
<b>Transferências</b>	<b>24,2%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>14,9%</b>
<b>Despesas</b>	<b>16,3%</b>
Benefícios	16,1%
Pessoal	10,3%
Custeio e Capital	22,3%

Apesar de não se terem tomado medidas de elevação de alíquotas e/ou ampliação de base tributada, houve crescimento de 16,6% na receita do Tesouro. Tal comportamento refletiu, principalmente, o aumento do lucro das empresas, com o crescimento de 33,5% na arrecadação da CSLL e do IRPJ, enquanto a arrecadação da Cofins, CPMF e outras contribuições manteve-se relativamente estável como proporção do PIB. Os destaques na arrecadação do IRPJ e da

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	23,75%	25,26%
Transferências	3,82%	4,34%
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,93%</b>	<b>20,92%</b>
Despesa Total	17,13%	18,21%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,79%</b>	<b>2,72%</b>

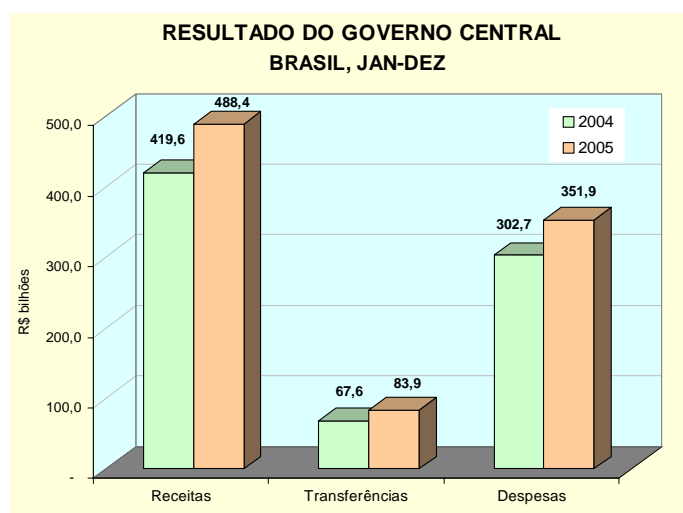
*A receita do governo central aumentou 16,6% em 2005, mesmo sem novas medidas de aumento de alíquota, refletindo a maior lucratividade das empresas, melhoras no sistema de arrecadação e o aperfeiçoamento dos meios legais disponibilizados à PGFN.*

CSLL foram nos setores de extração de minerais metálicos, telecomunicações, combustíveis, eletricidade, metalurgia básica e comércio atacadista. As receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos públicos (taxas e receitas parafiscais) e a cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural também apresentaram crescimento acima de 20,0%. No caso da cota-parte, o acréscimo na arrecadação reflete os elevados níveis dos preços internacionais do petróleo e o aumento do volume da produção doméstica.

Como fatores determinantes do desempenho da arrecadação, além do nível de atividade econômica, contribuiu também o aperfeiçoamento das normas que regulam a recuperação de créditos públicos e a defesa da União em litígios fiscais, proporcionando meios para a ação eficaz da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). De fato, a média anual de créditos recuperados pela PGFN elevou-se cerca de 50% no triênio 2003-2005 em relação ao triênio anterior, alcançando R\$ 9,0 bilhões.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receitas do Tesouro (*)	18,37%	19,58%
Transferências	3,82%	4,34%
Despesas do Tesouro	9,93%	10,56%
<b>Resultado Primário</b>	<b>4,62%</b>	<b>4,68%</b>

(\*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais



As transferências a estados e municípios cresceram R\$ 16,3 bilhões (24,2%) – correspondente a aumento de 0,52 ponto percentual do PIB. Este crescimento expressivo situa-se 13,5% acima da variação nominal estimada para o PIB e decorre, em boa medida, do comportamento das receitas partilhadas, em especial do imposto de renda. Registre-se que em dezembro de 2005, após classificadas as receitas objeto do Parcelamento Especial (Paes), referentes ao período de 2003 a 2005, foram repassados a estados e municípios recursos da magnitude de R\$ 991,8 milhões. Observou-se, adicionalmente, acréscimos no repasse da cota-parte de compensações financeiras (aumento de R\$ 2,1 bilhões), da CIDE (de R\$ 666,9 milhões) e da Lei Complementar nº 115/2002 (de R\$ 461,6 milhões).

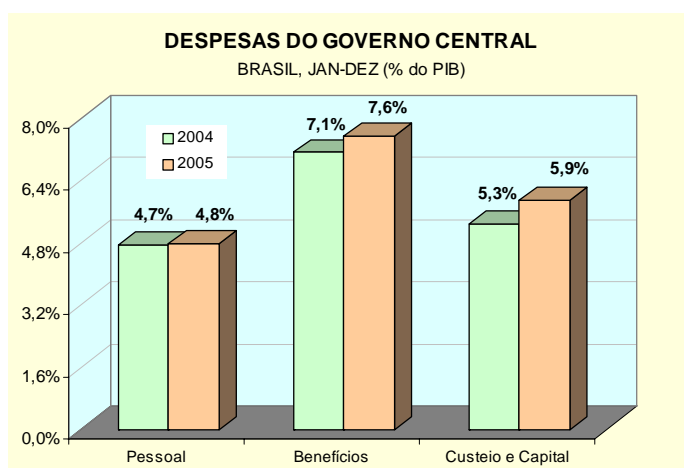
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	4,74%	4,77%
Custeio e Capital	5,16%	5,76%
Despesas do FAT	0,56%	0,62%
Subsídios e Subvenções /1	0,31%	0,54%
LOAS/RMV	0,42%	0,48%
Outras	3,86%	4,13%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,03%</b>

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 16,5%, tendo os gastos de custeio e capital crescido 22,3%, alcançando R\$ 111,4 bilhões, frente a R\$ 91,1 bilhões em 2004.

Houve acréscimo de R\$ 2,0 bilhões nos gastos com benefícios assistenciais: os relativos à LOAS e à RMV, tiveram incremento de 23,3%, perfazendo R\$ 9,3 bilhões no ano, e os decorrentes de abono salarial, seguro-desemprego e demais despesas do FAT, apresentaram aumento de 20,4%, totalizando R\$ 11,9 bilhões. O crescimento de ambos benefícios foi afetado pelo aumento real do salário mínimo em 2005. Também contribuiu para o aumento das despesas com LOAS a redução da idade mínima e mudança na regra de cálculo da renda *per capita* para percepção do benefício, a partir da entrada em vigor do Estatuto do Idoso em 2004. Por seu turno, as despesas com abono salarial também refletiram o crescimento do número de empregos formais gerados desde 2004, uma vez que parte dos empregos criados encontra-se na faixa de renda passível de recebimento do referido benefício

Destacam-se também entre as despesas de custeio e capital a despesa com reordenamento de passivo com a capitalização da Emgea no valor de R\$ 1,2 bilhão, sem correspondência em anos anteriores, e o aumento de R\$ 3,3 bilhões nas despesas relativas a subsídios e a subvenções econômicas para agricultura, em especial: i) subsídios relativos à dívida agrícola securitizada (aumento de R\$ 1,5 bilhão); ii) gastos do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), decorrentes da transferência para a Dívida Ativa da União de parte daquela dívida (aumento de R\$ 993,7 milhões); e iii) políticas de sustentação dos preços e aquisição de produtos (aumento de R\$ 638,3 milhões).



As demais despesas de custeio e capital cresceram R\$ 11,8 bilhões, em parte explicado pelos gastos nas funções saúde e educação, cujos incrementos foram de R\$ 3,5 bilhões e R\$ 1,7 bilhão, respectivamente. Entre as despesas

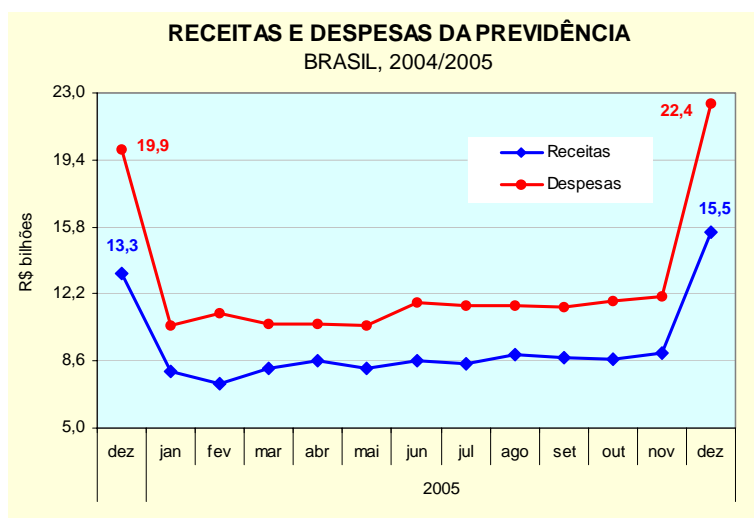
discricionárias destacam-se aquelas associadas à reforma agrária, cujos gastos por meio da emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDA) e da execução das despesas do Fundo da Terra, cresceram, em conjunto, R\$ 562,0 milhões este ano. Além disso, houve um esforço para um aumento coordenado das inversões em investimentos em infraestrutura—notadamente na função de transportes.

*As despesas com pessoal e encargos sociais apresentaram crescimento de 10,3% no ano, ficando 4,3% acima da inflação no período e um pouco acima do crescimento nominal do PIB.*

As despesas com pessoal e encargos sociais apresentaram incremento de R\$ 8,6 bilhões (10,3%), excedendo o crescimento do PIB nominal. Ele se verificou em função do crescimento vegetativo da folha salarial, da concessão de reajustes diferenciados para diversas carreiras do setor público federal, e da admissão de 11 mil novos servidores públicos (ingresso via concursos). O crescimento desses gastos, embora inferiores em R\$ 2,0 bilhões à previsão do último decreto de programação orçamentária e financeira editado no ano (Decreto nº 5.655/2005), representam um aumento real de 4,3% frente à inflação medida pelo IPCA em 2005.

Por fim, a Previdência Social apresentou déficit de R\$ 37,6 bilhões em 2005, contra R\$ 32,0 bilhões em 2004, resultado este próximo ao previsto ao início do ano no Decreto nº 5.379, de fevereiro de 2005, (R\$ 37,8 bilhões) e um pouco abaixo do reestimativa constante do Decreto nº 5.655, de dezembro (R\$ 38,6 bilhões). O crescimento do déficit reflete essencialmente uma taxa de crescimento de despesas, quase 70% acima da taxa de crescimento do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,31%	5,61%
Benefícios	7,12%	7,55%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,81%</b>	<b>-1,94%</b>



O resultado do ano, não obstante, beneficiou-se de alguns elementos positivos, como a criação líquida de 1,3 milhão de vagas no setor formal e ações da Secretaria da Receita Previdenciária voltadas para a recuperação de créditos previdenciários, tendo essas contribuído para crescimento de 0,3 ponto

percentual do PIB da receita líquida. A melhora da receita, no entanto, foi menor que os R\$ 20,3 bilhões de aumento da despesa, correspondente a acréscimo de 0,43 ponto percentual do PIB em relação a 2004. Para esse aumento de despesas contribuíram aumento de 7,4% do valor médio dos benefícios pagos – inclusive com acréscimo de 43,4% (equivalente a R\$ 1,4 bilhão) nos pagamentos por força de decisões judiciais – e de 1,0 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos. A taxa de crescimento do número de benefícios pagos continua significativa, não obstante indícios de sucesso em desacelerar o crescimento da emissão de benefícios, por exemplo, de auxílio-doença, cujo ritmo diminuiu em 45,7% (passando de 31,8% ao ano, em 2004, para 17,3%, em 2005).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 41,0 bilhões em dezembro, sendo R\$ 9,3 bilhões (29,4%) superior ao montante verificado no mês anterior. O principal fator para essa elevação foi a arrecadação do imposto de renda, a qual registrou acréscimo de R\$ 6,2 bilhões, passando de R\$ 9,8 bilhões em novembro para R\$ 16,0 bilhões em dezembro. Esse incremento é função da ocorrência de efeitos sazonais, a saber: a) tributação do 13º salário em dezembro, com reflexo na arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos do trabalho; b) recolhimento semestral do imposto sobre aplicação financeira em fundos de investimento, de acordo com o estabelecido na Lei nº 10.892/2004.

As contribuições totalizaram R\$ 16,4 bilhões, elevação de R\$ 966,9 milhões em relação a novembro. Com exceção da CPMF, cuja arrecadação se manteve praticamente estável, todas as contribuições apresentaram elevação: Cofins (5,8%), PIS/Pasep (12,3%), CSLL (6,0%) e CIDE (3,2%).

As demais receitas apresentaram incremento de R\$ 1,9 bilhão, com destaque para o pagamento de dividendos (R\$ 801,2 milhões superior ao mês anterior), a receita auferida com concessões (R\$ 595,7 milhões ante R\$ 10,6 milhões em novembro) e a receita diretamente arrecadada (R\$ 1,4 bilhão, em dezembro, contra R\$ 850,2 milhões no mês anterior).

De janeiro a dezembro de 2005, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 392,4 bilhões (20,3% do PIB) contra R\$ 338,3 bilhões (19,1% do PIB) em igual período de 2004. O crescimento de 16,0% em termos nominais (1,15 ponto percentual do PIB) refletiu, basicamente, o aumento do lucro das empresas, uma vez que a CSLL e o Imposto de Renda responderam, em conjunto, por 72,2% do aumento da arrecadação como percentual do PIB. Por

### Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	NOV	DEZ
<b>Impostos</b>	<b>13.609,0</b>	<b>20.015,8</b>
Imposto de Renda	9.794,1	15.981,2
IPI	2.436,0	2.673,1
Outros	1.378,9	1.361,5
<b>Contribuições</b>	<b>15.452,0</b>	<b>16.418,9</b>
Cofins	7.613,4	8.052,2
CPMF	2.741,6	2.712,2
CSLL	1.901,1	2.015,6
Cide - Combustíveis	638,1	658,4
Outras	2.557,9	2.980,58
<b>Demais</b>	<b>2.625,2</b>	<b>4.567,6</b>
Cota parte	730,0	695,9
Diretamente Arrecadada	850,2	1.359,4
Dividendos da União	9,8	811,0
Pagamento Unificado <sup>2</sup>	197,2	295,6
Outras	837,9	1.405,7
<b>Total Bruto</b>	<b>31.686,2</b>	<b>41.002,3</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes à retenção na fonte e retidos foram distribuídos nos respectivos tributos.

<sup>2</sup> Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL.

### Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

**RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL**  
 BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
<b>Impostos</b>	<b>7,97%</b>	<b>8,62%</b>
Imposto de Renda	5,83%	6,45%
IPI	1,30%	1,36%
Outros	0,84%	0,80%
<b>Contribuições</b>	<b>9,11%</b>	<b>9,39%</b>
Cofins	4,49%	4,55%
CPMF	1,50%	1,51%
CSLL	1,16%	1,36%
Cide - Combustíveis	0,43%	0,40%
Outras	1,54%	1,57%
<b>Demais</b>	<b>2,08%</b>	<b>2,29%</b>
Cota parte	0,69%	0,78%
Diretamente Arrecadada	0,57%	0,65%
Dividendos da União	0,24%	0,25%
Pagamento Unificado /1	0,16%	0,16%
Outras	0,42%	0,45%
<b>Total Bruto</b>	<b>19,15%</b>	<b>20,30%</b>

/1 Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas Paes.

*As receitas com cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural aumentaram significativamente em 2005, devido ao comportamento do preço internacional do petróleo e ao volume de produção.*

outro lado, a arrecadação da CPMF como proporção do PIB permaneceu estável, a da Cofins apresentou um crescimento modesto (de 4,49% do PIB para 4,55% do PIB) e a da CIDE declinou de 0,43% do PIB para 0,40% do PIB. A arrecadação da CSLL e do IRPJ refletiram essencialmente o maior dinamismo em setores como extração de minerais metálicos (360,2%), telecomunicações (111,4%), combustíveis (61,0%), eletricidade (39,8%), metalurgia básica (29,0%) e comércio atacadista (16,4%). Adicionalmente, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tem atuado de maneira incisiva na defesa do erário. Em 2005, as ações de responsabilidade da Procuradoria foram responsáveis pela arrecadação de R\$ 8,8 bilhões.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 44,3 bilhões em 2005, contra R\$ 36,7 bilhões no ano anterior. Do aumento total de R\$ 7,6 bilhões, R\$ 3,0 bilhões refere-se à rubrica “Cota-Parte de Compensações Financeiras” pela exploração de petróleo e gás natural, que são repartidas com estados e municípios. O acréscimo no volume de arrecadação dessa rubrica reflete os elevados níveis dos preços internacionais do petróleo e o aumento do volume de produção. A receita diretamente arrecadada apresentou incremento de R\$ 2,5 bilhões. A receita imputada da CPSS aumentou em R\$ 1,4 bilhão, em decorrência da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, que elevou de 11% para 22% a alíquota de contribuição patronal para o custeio do regime de previdência do servidor público federal da União, de suas autarquias e fundações.

Por último, o recolhimento dos dividendos pagos ao Tesouro Nacional foi R\$ 545,0 milhões superior (12,6%) ao registrado no acumulado do mesmo período de 2004, reflexo da elevação na lucratividade das empresas nas quais a União mantém participação acionária.

## Transferências a Estados e Municípios

**BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI)**

Decêndio	R\$ milhões	
	NOV	DEZ
Terceiro Decêndio	7.402,1	5.767,2
Primeiro Decêndio	2.398,9	6.688,9
Segundo Decêndio	2.453,5	2.686,3
<b>Total</b>	<b>12.254,5</b>	<b>15.142,5</b>

Em dezembro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,3 bilhões, contra R\$ 8,2 bilhões em novembro, apresentando variação de R\$ 1,1 bilhão (12,8%). As transferências constitucionais para FPE e FPM se elevaram em 40,2%, refletindo o aumento no montante de recursos arrecadados no primeiro decêndio de dezembro, o repasse dos valores referentes à arrecadação do Parcelamento Especial (Paes) e a redução no volume de restituições.



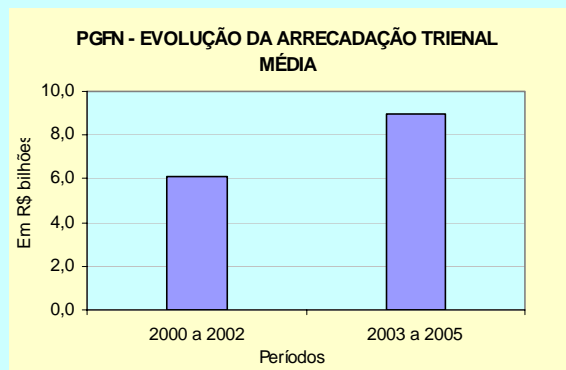
### Boxe 1 – Atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

A Constituição de 1988 consagrou a competência privativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para representar a União na cobrança da dívida ativa tributária. O estoque da Dívida Ativa da União totaliza R\$ 320 bilhões, dos quais 60% se concentram em 3,5 mil devedores. Em 2005, aproximadamente 50% da arrecadação referente à dívida ativa decorreu da ação da PGFN junto aos grandes devedores.

A PGFN também vem defendendo aperfeiçoamentos nas normas que regulam a recuperação de créditos públicos e a defesa da União em litígios fiscais. Entre as alterações recentemente aprovadas pelo Congresso ou pelo Executivo destacam-se:

- Inserção do art. 185-A do Código Tributário Nacional, que torna possível a indisponibilidade dos bens do devedor, quando citado regularmente e não oferece bens à penhora;
- Lei nº 11.033, de 2004, que exige do contribuinte a apresentação de certidão de regularidade fiscal, do FGTS e Dívida Ativa da União e do INSS para o levantamento ou autorização de depósito judicial de valores decorrentes de precatório judicial (art. 19);
- Lei nº 11.051, de 2004, que facilita o reconhecimento de dívidas prescritas durante o processo de execução (§ 4º, art. 40, Lei nº 6.830/80). Isso possibilita a qualificação do estoque da DAV através da segregação de dívidas incobráveis;
- Decreto nº 5.586 de 2005, que unifica as certidões emitidas pela PGFN e pela SRF, simplificando a burocracia da operação;
- Portaria MF nº 49 de 2004, que elevou os valores mínimos para inscrição na DAV (R\$ 1 mil reais) e para cobrança judicial (R\$ 10 mil reais) dos créditos públicos (art 1º). A medida diminuiu em mais de 50% o volume de ações promovidas anualmente;
- Portaria MF nº 222 de 2005, que elevou para R\$ 100 mil reais o valor do teto para parcelamento simplificado, efetuado diretamente pelo devedor na Internet (art 1º).

O conjunto das ações acima tem contribuído para o significativo incremento dos níveis de arrecadação nos últimos anos. Registre-se que, no triênio 2000-2002, a arrecadação média anual foi de R\$ 6,1 bilhões (R\$ 6,3 bilhões em 2000, R\$ 5,3 bilhões em 2001 e R\$ 6,8 bilhões em 2002). Já no período de 2003-2005, a arrecadação média elevou-se para R\$ 9,0 bilhões (R\$ 10,0 bilhões em 2003, R\$ 8,1 bilhões em 2004 e R\$ 8,8 bilhões em 2005).



Na defesa judicial, a Fazenda Nacional também tem evitado perdas vultosas de recursos para a União, ao obter êxito em diversas lides importantes. Entre elas destacam-se:

- No Supremo Tribunal Federal: (i) Foram proferidos seis votos favoráveis à tese de que o contribuinte que adquire insumos tributados à alíquota zero não tem direito ao creditamento do IPI; (ii) Julgou-se constitucional a regra do art. 96 da Lei nº 8.383/91, que determinou a declaração de bens por valor de mercado no exercício financeiro de 1991; e (iii) julgou-se constitucional o art. 8º da Lei nº 9.718/98, que aumentou a alíquota da Cofins e do PIS de 2% para 3%;
- No Superior Tribunal de Justiça: (i) A 1ª Seção decidiu que o crédito-prêmio do IPI extinguiu-se em 30 de junho de 1983; (ii) Julgou-se que incide imposto de renda sobre as operações de *swap* com a finalidade de *hedge*; (iii) Determinou-se a aplicação dos índices oficiais para a correção das demonstrações financeiras nos anos-base 1989 e 1990, o que se refletiu positivamente na arrecadação do IRPJ e CSLL; (iv) Decidiu-se que o prazo prescricional para que o contribuinte promova ações de repetição de indébito é de cinco anos; (v) Julgou-se que, em ações de repetição de indébito motivadas por tributos declarados inconstitucionais, os juros de mora incidem a partir do trânsito em julgado e não da citação; e (vi) Foram mantidas as decisões dos TRFs que determinavam o recolhimento da CIDE-combustível.

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS**  
 BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	2,89%	3,30%
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	0,06%	0,09%
Lei Complementar nº 115/2002	0,24%	0,25%
Demais	0,62%	0,71%
<b>Total</b>	<b>3,82%</b>	<b>4,34%</b>

*As transferências a estados e municípios cresceram R\$ 16,3 bilhões em 2005, 24,2% acima das verificadas em 2004.*

Em relação ao Paes, os valores creditados totalizaram R\$ 991,8 milhões e referem-se à arrecadação dos exercícios de 2003, 2004 e 2005. Desse total, os repasses referentes ao FPE e ao FPM foram de R\$ 436,3 milhões e R\$ 456,6 milhões, respectivamente. Foram repassados, ainda, R\$ 98,9 milhões para outros fundos constitucionais (R\$ 38,0 milhões para o IPI-Exportação, R\$ 12,2 milhões para o FNO, R\$ 36,5 milhões para o FNE e R\$ 12,2 milhões para o FCO). Os valores foram creditados em três parcelas, nos dias 1º, 2 e 5 de dezembro de 2005. As transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002 apresentaram substancial acréscimo, alcançando R\$ 817,1 milhões (incremento de 122,9% em relação ao mês anterior). O aumento é consequência do repasse adicional de R\$ 450,0 milhões, disciplinado pela Medida Provisória nº 271, de 26 de dezembro de 2005.

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS**  
 BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	51.138,74	63.755,64
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	1.109,17	1.776,05
Lei Complementar nº 115/2002	4.295,80	4.757,40
Demais	11.013,70	13.647,57
<b>Total</b>	<b>67.557,41</b>	<b>83.936,67</b>

Em 2005, as transferências a estados e municípios alcançaram R\$ 83,9 bilhões, apresentando crescimento de 24,2% em relação a 2004, quando totalizou R\$ 67,6 bilhões. Como proporção do PIB, o crescimento correspondeu a 0,52 ponto percentual, passando de 3,82% (2004) para 4,34% (2005). Os principais eventos que explicam o acréscimo de R\$ 16,4 bilhões são: i) aumento de R\$ 12,6 bilhões nas transferências para os fundos constitucionais, em razão da maior arrecadação do IR e IPI, base de cálculo dessas transferências; ii) elevação de R\$ 2,1 bilhões no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento da produção e dos elevados preços do petróleo no mercado internacional; iii) incremento de R\$ 666,9 milhões nas transferências da CIDE-Combustíveis, em virtude da não ocorrência de transferência no primeiro trimestre de 2004 (Lei nº 10.866/2004); e iv) acréscimo de R\$ 461,6 milhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002.

## **Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*Em dezembro, as despesas do Tesouro Nacional somaram R\$ 28,1 bilhões, afetadas pelo aumento na execução dos gastos discricionários e dispêndios sazonais com a folha de pessoal.*

No mês de dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 28,1 bilhões, contra R\$ 18,1 bilhões em novembro, em decorrência do aumento nos gastos com pessoal e encargos sociais e custeio e capital. As despesas com pessoal e encargos sociais passaram de R\$ 8,1 bilhões em novembro para R\$ 10,9 bilhões em dezembro. Esse acréscimo decorreu do pagamento de: i) segunda parcela do 13º salário dos servidores do Poder Executivo; ii) férias do funcionalismo público; e iii) recolhimento dos encargos sociais relativos à última parcela da vantagem de 28,86% e à sétima parcela da vantagem de 3,17%.

Os gastos com custeio e capital alcançaram R\$ 17,2 bilhões, contra R\$ 10,0 bilhões em novembro, repetindo padrão sazonal dessas despesas no final de cada exercício. Destaque-se a elevação das despesas discricionárias (R\$ 3,5 bilhões), do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (R\$ 602,9 milhões) e dos empreendimentos no âmbito do Projeto Piloto, os quais passaram de R\$ 193,5 milhões, em novembro, para R\$ 312,1 milhões, em dezembro, implicando crescimento de 61,3%. Por outro lado, as despesas do FAT com abono e seguro desemprego reduziram-se de R\$ 1,2 bilhão em novembro para R\$ 930,1 milhões em dezembro.

Os dispêndios com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos totalizaram R\$ 3,3 bilhões, contra R\$ 553,7 milhões no mês anterior. Tal aumento está associado principalmente à variação das seguintes rubricas:

- pagamento de R\$ 1,8 bilhão no mês de dezembro, referente à securitização da dívida agrícola (sem correspondente valor no mês de novembro), em função da apropriação do subsídio com base nas Leis nºs 9.138/1995, 9.866/1999 e 10.437/2002;
- novos dispêndios de R\$ 258,5 milhões no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), em função do cronograma de pagamentos, os quais se concentram nos meses de julho e dezembro;
- aumento de R\$ 192,3 milhões no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), devido à antecipação para dezembro de desembolsos com equalização cujo impacto financeiro estava previsto para janeiro; e
- elevação de R\$ 125,2 milhões nas despesas com compras de produtos agrícolas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), em especial as aquisições diretas de milho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 204,2 bilhões, equivalentes a 10,56% do PIB, 0,64 ponto percentual superior àquela razão observada em 2004.

Os gastos com pessoal elevaram-se ligeiramente em relação ao PIB, refletindo incremento nominal de R\$ 8,6 bilhões (10,3%), decorrente do crescimento vegetativo da folha salarial, da concessão de reajustes diferenciados e da admissão de novos servidores. Esses gastos, embora inferiores em R\$ 2,0 bilhões ao previsto no Decreto nº 5.655/2005, representam um aumento real de 4,3% frente à inflação medida pelo IPCA em 2005.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV	DEZ
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>8.110,2</b>	<b>10.894,7</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>10.000,8</b>	<b>17.169,8</b>
Despesas do FAT	1.200,8	930,1
Subsídios e Subvenções /1	553,7	3.325,7
LOAS/RMV	840,9	848,3
Outras	7.405,4	12.065,6
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>15,9</b>	<b>34,5</b>

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	NOV	DEZ
<b>Agricultura</b>	<b>219,3</b>	<b>861,0</b>
Custeio Agropecuário	15,6	54,1
Investimento Rural	4,2	0,3
Preços Agrícolas	154,4	291,4
- EGF	0,8	0,5
- AGF	118,4	243,6
- Sustentação de preços	35,2	47,3
Pronaf	27,2	219,6
Pesa	17,9	295,7
<b>Outros</b>	<b>129,6</b>	<b>2.160,8</b>
Securitização	11,6	1.803,3
Habitação (PSH)	-	-
Exportação (Proex)	76,6	124,2
Fundo da Terra/Incra	81,7	137,5
FND	(40,3)	95,8
<b>Total</b>	<b>349,0</b>	<b>3.021,8</b>

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

*As despesas primárias do Tesouro Nacional em 2005 aumentaram o equivalente a 0,64 ponto percentual do PIB, com destaque para os gastos com subsídios e subvenções e pelo maior dinamismo na execução dos limites de pagamento dos Ministérios.*

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL**  
 BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
<b>Pessoal e Encargos</b>	4,74%	4,77%
<b>Custeio e Capital</b>	5,16%	5,76%
Despesas do FAT	0,56%	0,62%
Subsídios e Subvenções /1	0,31%	0,54%
LOAS/RMV	0,42%	0,48%
Outras	3,86%	4,13%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,03%</b>

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Dentro do conjunto das despesas de custeio e capital, que apresentaram crescimento relativamente dinâmico, destacam-se diversas despesas correntes de caráter obrigatório. As despesas do FAT cresceram mais de duas vezes mais rápido que o PIB, resultando em ônus adicional de 0,06 ponto percentual do PIB e alcançando R\$ 11,9 bilhões em 2005. Para esse aumento contribuíram o aumento real do salário mínimo dado em 2004 sobre os gastos com seguro-desemprego, bem como a elevação do emprego formal, inclusive nas faixas de renda passíveis de receberem abono salarial.

Entre os gastos de custeio e investimento de natureza corrente e obrigatória também se observou elevação dos gastos sociais no âmbito dos programas da Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia – LOAS/RMV, os quais passaram de R\$ 7,5 bilhões, em 2004, para R\$ 9,3 bilhões, em 2005, aumento de R\$ 1,8 bilhão, ou 23,3%. Esse crescimento é explicado em boa parte pelo aumento real do salário mínimo em 2005 e, no caso da LOAS, pela redução da idade mínima e mudança na regra de cálculo da renda *per capita* para percepção do benefício, a partir da entrada em vigor do Estatuto do Idoso em 2004.

Outro item com crescimento expressivo entre as despesas de custeio e investimento foram os gastos com subsídios e subvenções econômicas corresponderam a R\$ 10,4 bilhões, contra R\$ 5,6 bilhões em 2004. Nessas despesas consideram-se diversos dispêndios com reordenamento de passivos e fundos regionais, em especial as despesas relativas à capitalização da Emgea, que totalizaram R\$ 1,2 bilhão em 2005, sem correspondência no ano anterior. Destacam-se ainda o crescimento nas despesas com:

- apropriação dos subsídios relativos à securitização da dívida agrícola renegociada na década de 1990 e em 2000, os quais aumentaram R\$ 1,5 bilhão;
- Efeito fiscal da baixa de ativos provocada por registros na Dívida Ativa da União de devedores do programa Pesa, no montante de R\$ 993,7 milhões;
- AGF (aumento de R\$ 638,3 milhões), especialmente com as aquisições de arroz, efetuadas em virtude do exercício de opção de venda por parte dos agricultores, e compras diretas de milho e trigo; e
- Programa de garantia à sustentação de preços (aumento de R\$ 221,4 milhões), devido à ocorrência em 2005 de preços baixos de importantes produtos contemplados pela política de preços mínimos.

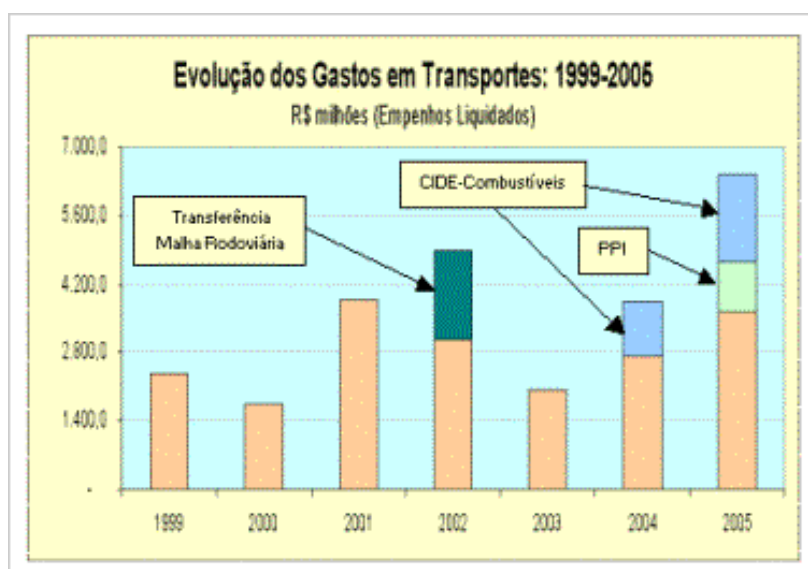
Finalmente, as outras despesas com custeio e capital também cresceram a uma taxa bem mais alta que o PIB (17,2%), totalizando R\$ 79,9 bilhões em 2005, contra R\$ 68,1 bilhões em 2004. Dessa despesa, R\$ 36,5 bilhões

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS**  
 BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)

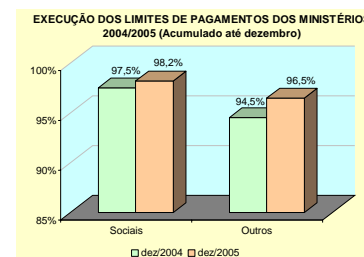
DISCRIMINAÇÃO /1	2004	2005
<b>Agricultura</b>	<b>3.451,5</b>	<b>6.758,8</b>
Custeio Agropecuário	111,4	204,2
Investimento Rural	347,1	267,5
Preços Agrícolas	237,0	1.098,0
- EGF	5,4	6,7
- AGF	217,0	855,3
- Sustentação de preços	14,6	236,0
Pronaf	1.121,9	814,1
Pesa	135,7	1.129,4
Cacau	1,1	1,2
Securitização	1.241,8	2.699,4
Fundo da Terra/Incra	255,6	545,1
<b>Outros</b>	<b>847,8</b>	<b>905,0</b>
Habituação (PSH)	360,3	256,6
FND	(60,3)	(17,5)
Exportação (Proex)	547,7	665,9
<b>Total</b>	<b>4.299,3</b>	<b>7.663,8</b>

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

corresponderam à função da Saúde (R\$ 3,5 bilhões adicionais) e R\$ 16,2 bilhões da função Educação (R\$ 1,7 bilhão adicionais), dos quais R\$ 1,6 bilhão aplicado no custeio das universidades – exclusive gastos com pessoal (refletindo um crescimento de 14,0%, ou seja, 50% acima da taxa de crescimento do PIB) e R\$ 6,2 bilhões para apoio à educação básica (acréscimo de 16,1%, no âmbito da ampliação do alcance do Fundef e programas de apoio à educação média em vista do aumento de demanda de graduados do ensino fundamental). Dentre as despesas discricionárias relacionadas ao investimento, destacam-se os gastos com transporte que atingiram R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 2,8 bilhões de investimento, que deverão ser acelerados pela ampliação dos valores empenhados. Estes, juntos com a efetiva transferência de recursos da CIDE para estados e municípios pavimentam a trajetória para a paulatina recuperação, duplicação de pistas e ampliação da malha rodoviária brasileira, inclusive no âmbito do Projeto Piloto de Investimentos, PPI iniciado em 2005.



Observou-se, no ano, melhora na execução dos limites de pagamento, constantes dos decretos de programação orçamentária e financeira realizados pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência Social e Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e demais ministérios, os quais passaram, respectivamente, de 97,5% e 94,5%, em 2004, para 98,2% e 96,5%, em 2005.



### Boxe 2 – Balanço do PPI e os Investimentos em Transportes

O Governo Federal vem estruturando uma política sustentável de investimentos em infra-estrutura, em especial no setor de transportes. Esta política abarca maior participação da iniciativa privada (concessões e PPP), bem como a ampliação dos gastos e principalmente da qualidade dos investimentos diretos do setor público. Nesse contexto, observou-se um crescimento substantivo dos empenhos em Transportes em 2005.

A expansão verificada foi parcialmente viabilizada pelo Projeto Piloto de Investimento - PPI, cujo orçamento de R\$ 3,7 bilhões teve R\$ 2,9 bilhões destinados ao Ministério dos Transportes. O mote para a garantia de aporte adicional de recursos, proporcionado pelo PPI é o aprimoramento das técnicas de gestão, seleção e acompanhamento de projetos, com reflexos positivos sobre a eficiência dos investimentos em infra-estrutura. Os projetos abrangidos pelo PPI foram eleitos em função dos seguintes princípios: (i) manutenção de ativos estratégicos em infra-estrutura; (ii) finalização de projetos; (iii) redução dos gargalos em infra-estrutura logística; (iv) alavancagem da competitividade do país; (v) ampliação da arrecadação ou redução das despesas públicas.

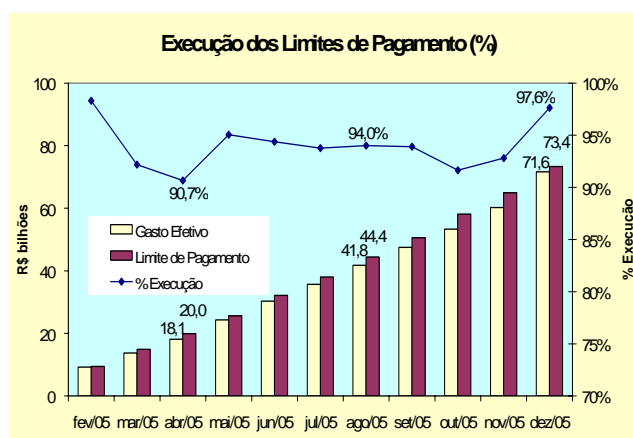
#### Carteira de Investimentos em Transportes, 2005

Intervenção	Orçamento Empenhado Pagamento		Físico
	Em R\$ Milhões		
Restauração	1.258	1.239	506 4.262 Km
Adequação	1.129	1.113	341 314 Km
Portos	193	193	34 07 Portos
Ferrovia	278	274	133 96,5 Km

A nova política de restauração de rodovias procura criar condições para que o estado de emergência verificado em parte da malha federal seja evitado no futuro. Para tanto deve-se ainda observar o paulatino incremento da participação do setor privado na operação e manutenção das rodovias, que permitam ganhos de eficiência serem materializados. No caso da adequação de rodovias, procurou-se selecionar alguns projetos estruturantes, que demandam recursos substanciais para conclusão, mas que ao serem finalizados trarão ganhos expressivos para a economia. Exemplo disso é a duplicação da BR-101 Palhoça-Osório, cuja conclusão permitirá finalizar o Corredor do Mercosul, na medida que os entraves da duplicação da Rodovia Regis Bittencourt (São Paulo-Curitiba) sejam vencidos.

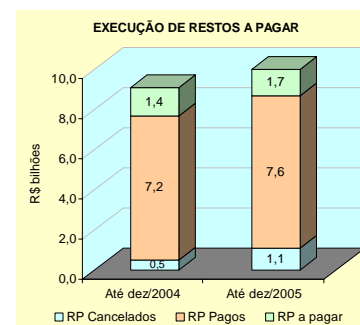
Os investimentos portuários planejados visam resolver os principais gargalos do acesso aquaviário (dragagem e derrocagem) e terrestre, que restringem o porte dos navios que escalam a costa brasileira e o fluxo de entrada e saída de mercadorias nos portos. Parte desses projetos deverá maturar em 2006. Nessa área, questões institucionais têm se mostrado relevantes, abrangidas apenas parcialmente pela plena disponibilidade de recursos financeiros.

Parte da carteira do PPI ainda estava em fase de elaboração no início de 2005, o que, conjugado à imposição de conceitos de gestão mais eficientes, fez com que parte dos projetos começasse a ser executado apenas no segundo semestre. Destarte, verificou-se uma concentração do fluxo de empenhos e pagamentos no último quadrimestre de 2005. Para 2006, espera-se uma execução mais uniforme, pois além de estar assegurada a continuidade das obras empenhadas em 2005, o orçamento de 2006 do PPI é em grande parte continuação dos mesmos projetos.





Com relação à execução de restos a pagar (RP), o montante pago em 2005 correspondeu a R\$ 7,6 bilhões, sendo R\$ 388,1 milhões a mais que no ano anterior, o que correspondeu a 77,5% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Os investimentos representaram R\$ 3,9 bilhões dos RP pagos, sendo que R\$ 818,5 milhões (21,1%) foram executados pelo Ministério dos Transportes, R\$ 771,6 milhões (19,9%) pelo Ministério da Saúde, R\$ 511,5 milhões (13,2%) pelo Ministério da Defesa e R\$ 447,8 milhões (11,5%) pelo Ministério das Cidades.



**Boxe 3 – Edição do Decreto nº 5.655/2005 amplia em R\$ 1,8 bilhão os limites de empenho e movimentação financeira**

Com a publicação do Decreto no 5.655, de 29/12/2005, o Governo ampliou em R\$ 1.789,3 milhões os limites de empenho e de pagamentos de custeio e investimentos, relativamente aos valores constantes do Decreto no 5.610, de 12/12/2005. A referida ampliação ocorreu a partir de reestimativa de receitas que indicou um acréscimo de R\$ 454,1 milhões na arrecadação própria dos órgãos e de determinadas taxas e contribuições. Em relação às despesas obrigatórias, a execução preliminar do mês de dezembro apontou para uma realização inferior em R\$ 1,4 bilhão à prevista anteriormente nos itens relativos a pessoal e encargos sociais, subsídios e complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Os valores dos incentivos fiscais também foram revistos, reduzindo-se em R\$ 256,0 milhões. Por outro lado, foram ampliadas as despesas de custeio e capital em R\$ 332,2 milhões.

Em relação ao Decreto no 5.610/2005 foi mantida a expectativa de déficit do INSS em R\$ 38,6 milhões, bem como do valor nominal da meta de resultado primário do Governo Federal em R\$ 61,3 bilhões (3,15% do PIB). Para o Governo Central a meta nominal está estabelecida em R\$ 46,3 bilhões (2,38% do PIB) e para as Estatais Federais, em R\$ 15,0 bilhões (0,77% do PIB).

A ampliação de R\$ 1.789,3 milhões no limite de despesa ficou distribuída, entre os Poderes e o Ministério Público da União (MPU), proporcionalmente à participação de cada um na base contingenciável total, nos seguintes montantes: Poder Executivo (R\$ 1.758,6 milhões), Legislativo (R\$ 4,9 milhões), Judiciário (R\$ 22,2 milhões) e MPU (R\$ 3,6 milhões).

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 6,9 bilhões em dezembro. O aumento de R\$ 3,9 bilhões em relação ao mês anterior foi devido ao efeito sazonal na despesa com benefícios referentes ao pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas. A arrecadação líquida atingiu R\$ 15,5 bilhões no mês, R\$ 6,4 bilhões acima da registrada no mês anterior, aumento este mais do que compensado pelo crescimento da despesa com benefícios previdenciários, que totalizou R\$ 22,4 bilhões no mês, superior em R\$ 10,3 bilhões à verificada em novembro.

No ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 108,4 bilhões, representando acréscimo nominal de 14,6% em relação à verificada em 2004. Em relação ao PIB, a arrecadação corresponde a 5,61 pontos percentuais, apresentando aumento de 0,30 ponto percentual quando comparada a 2004.

## Previdência Social

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,31%	5,61%
Benefícios	7,12%	7,55%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,81%</b>	<b>-1,94%</b>

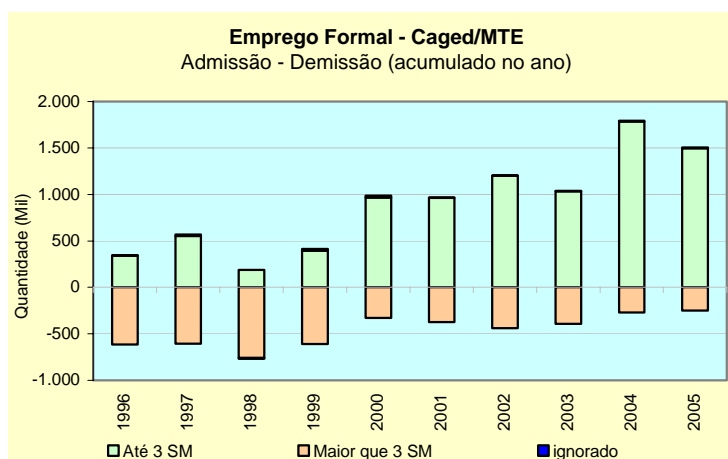
**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2004-2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	NOV 2005	DEZ 2005	JAN-DEZ 2004	JAN-DEZ 2005
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>9.044,1</b>	<b>15.486,6</b>	<b>93.765,4</b>	<b>108.434,1</b>
Arrecadação Bruta	9.764,6	16.247,2	101.719,2	116.604,8
- Contribuição Previdenciária	8.968,4	15.541,3	94.607,4	109.021,1
- Simples	534,5	513,8	4.366,3	5.057,1
- CDP	0,0	0,0	0,2	0,1
- CFT	52,4	40,6	740,1	599,8
- Depósitos Judiciais	172,6	111,8	1.431,3	1.410,8
- Refis	25,6	26,5	378,1	345,0
- Outras Receitas	11,1	13,1	195,7	171,0
(-) Restituição/Devolução	-22,0	-38,0	-397,7	-478,2
(-) Transferências a Terceiros	-698,5	-722,5	-7.556,1	-7.692,5
<b>II. BENEFÍCIOS</b>	<b>12.071,4</b>	<b>22.400,5</b>	<b>125.750,8</b>	<b>146.010,1</b>
Benefícios Previdenciários	12.071,4	22.400,5	125.750,8	146.010,1
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-3.027,3</b>	<b>-6.913,8</b>	<b>-31.985,4</b>	<b>-37.576,0</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,81%</b>	<b>-1,94%</b>

*Em dezembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 6,9 bilhões. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 37,6 bilhões, equivalentes a 1,94% do PIB.*

Ressalta-se o comportamento do emprego no setor formal, que contribuiu para o aumento da receita previdenciária. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no ano de 2005 foram criados 1,3 milhão de novos empregos com carteira assinada. Outro fator que também contribuiu para o crescimento das receitas foi o bom desempenho das atividades da Secretaria da Receita Previdenciária, que obteve R\$ 7,1 bilhões de receitas em recuperações de crédito, equivalente a um crescimento de 18,3% em relação ao ano de 2004.

*Em 2005 foram criados 1,3 milhão de novas vagas no mercado formal. Não obstante a tendência estrutural de ampliação das formas alternativas de trabalho especializado e do aumento do salário mínimo, 2005 foi o ano com menor redução do número de postos com remuneração acima de três salários mínimos em uma década.*



As despesas com benefícios totalizaram R\$ 146,0 bilhões no ano de 2005, superando em R\$ 20,3 bilhões o montante observado em 2004. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram aumento da ordem de 0,44 ponto percentual, suplantando o esforço de arrecadação e o bom desempenho do mercado de

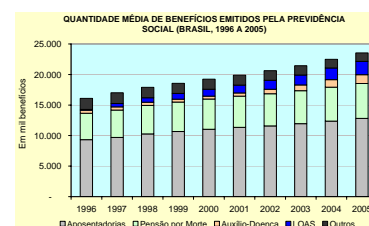


trabalho formal verificado em 2005. Esse aumento de despesa decorreu do incremento de: i) 7,4% no valor médio dos benefícios pagos, com reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento de parte daqueles benefícios com valores acima do piso; e ii) 1,0 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, equivalente a cerca de 4,7% no estoque. Destaca-se ainda o incremento verificado com o pagamento de sentenças judiciais que atingiu o montante de R\$ 4,4 bilhões, 43,4% superior ao gasto de R\$ 3,0 bilhões com esta rubrica observado em 2004.

Na comparação da média mensal de benefícios pagos no ano de 2005 em relação à média mensal no ano anterior, destacam-se os aumentos de 452,7 mil aposentadorias (3,7%), de 147,5 mil pensões por morte (2,7%), de 274,7 mil de Loas (14,5%), e de 212,6 mil benefícios de auxílio-doença (17,3%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-DEZ			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,5	23,5	4,7%
Valor médio**	469,0	503,8	7,4%

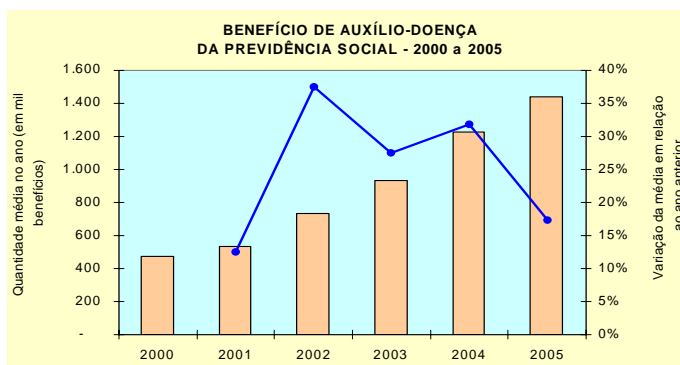
(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00



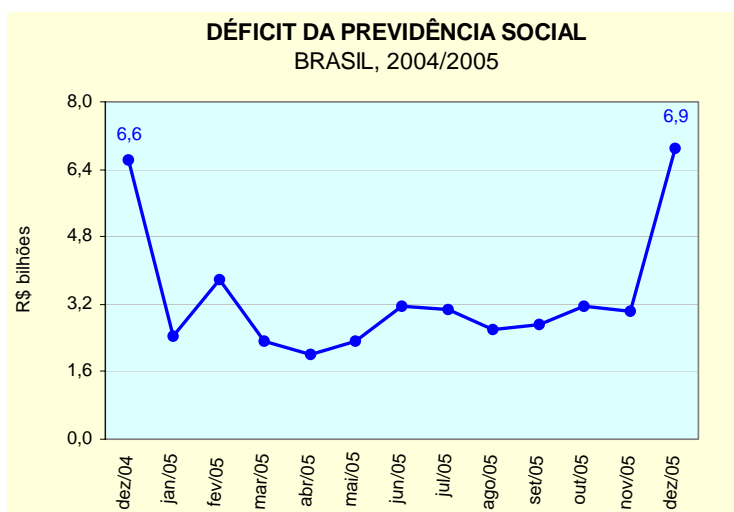
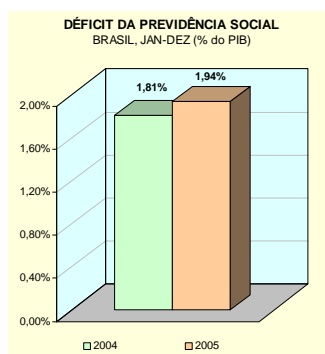
**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2004-2005**

	Em mil benefícios			
	NOV	DEZ	MÉDIA JAN-DEZ	
	2005	2005	2004	2005
<b>TOTAL</b>	<b>23.906</b>	<b>23.951</b>	<b>22.478</b>	<b>23.528</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>20.362</b>	<b>20.394</b>	<b>19.233</b>	<b>20.048</b>
Aposentadorias	13.002	13.053	12.379	12.832
Idade	6.651	6.677	6.309	6.566
Invalidez	2.656	2.674	2.462	2.595
Tempo de contribuição	3.695	3.702	3.608	3.671
Pensão por morte	5.761	5.776	5.557	5.704
Auxílio-Doença	1.528	1.493	1.229	1.442
Salário - maternidade	40	41	44	41
Outros	31	32	24	29
<b>Acidentários</b>	<b>760</b>	<b>756</b>	<b>746</b>	<b>757</b>
Aposentadorias	143	144	133	140
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	130	125	124	130
Auxílio - acidente	268	268	266	267
Auxílio - suplementar	89	89	93	90
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>2.774</b>	<b>2.793</b>	<b>2.495</b>	<b>2.713</b>
Amparos Assistenciais - LOAS	2.255	2.277	1.899	2.174
Idoso	1.053	1.066	821	1.003
Portador de deficiência	1.202	1.212	1.078	1.171
Pensões mensais vitalícias	17	17	17	17
Rendas mensais vitalícias	503	499	578	523
Idade	160	158	193	168
Invalidez	343	341	385	354

A taxa de crescimento dos benefícios de auxílio-doença, apesar de ainda se manter extremamente elevada, apresentou uma redução no ritmo de aumento de quase 45,7% em relação a 2004 – ilustrando o escopo de se alcançar um nível significativo de poupança em certas rubricas de despesa corrente no âmbito da diminuição do seu ritmo de crescimento. Assinale-se, ainda, que em vista da perspectiva de transição do recebimento de auxílio-doença para a concessão de aposentadorias de invalidez, um abrandamento no ritmo de crescimento do número de concessões de auxílios-doença tende a ter efeitos prolongados, cujo impacto acumulado torna-se ainda mais relevante.



O déficit primário do RGPS em 2005 totalizou R\$ 37,6 bilhões, apresentando elevação nominal de 17,5%. Como proporção do PIB, o resultado do ano situou-se 0,13 ponto percentual acima do observado em 2004, refletindo o grande crescimento das despesas previdenciárias no ano de 2005 não obstante os esforços na área de gestão e redução do ritmo de concessão do auxílio-doença.



Em dezembro a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 541,9 bilhões, o equivalente a 28,0% do PIB, sendo R\$ 368,3 referente à parcela interna e R\$ 173,6 à externa. Quanto à composição da DPMFi, os títulos remunerados pela taxa Selic perfizeram 51,87%, inferior em 2,06 pontos percentuais em relação a novembro, e 5,90 pontos percentuais comparado ao final de 2004. Por sua vez, a participação dos títulos prefixados encerrou o ano de 2005 em 28,01%, superando em 0,92 ponto percentual a participação observada no mês anterior e em 7,55 pontos percentuais aquela de dezembro de 2004. A vida média da DPMFi ficou em 40,28 meses, e em 27,49 meses pela metodologia tradicional de prazo médio, representando redução de 3,84 e 0,80 mês, respectivamente, em relação ao final de 2004. Essa variação está associada ao aumento da participação dos títulos prefixados, os quais tradicionalmente possuem prazo médio inferior ao daqueles indexados à taxa Selic, embora ambos os títulos tenham aumentado seu prazo médio no período em análise. O saldo em moeda nacional da Dívida Externa Líquida somou R\$ 173,6 bilhões, representando acréscimo de 6,35% em relação a novembro, devido, basicamente, à depreciação cambial ocorrida no mês. Comparado a dezembro de 2004, a dívida externa líquida apresentou redução de R\$ 26,3 bilhões, em virtude da amortização de títulos da dívida renegociada e da apreciação cambial.

## **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

Em dezembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 541,9 bilhões, equivalente a 28,0% do PIB acumulado nos últimos doze meses, sendo 68,0% referente à parcela interna e 32,0% à parcela externa.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	DEZ	NOV	DEZ
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>210.377</b>	<b>347.275</b>	<b>368.294</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	799.218	956.421	976.439
Dívida Contratual da STN	-438.921	-447.787	-444.275
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-149.919	-161.359	-163.869
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>199.892</b>	<b>163.277</b>	<b>173.638</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	160.369	134.926	144.156
Títulos Depositados em Garantia	-3.674	-3.211	-3.525
Dívida Contratual	43.574	32.017	33.318
Disponibilidades	-377	-455	-312
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>410.270</b>	<b>510.553</b>	<b>541.932</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>23,2%</b>	<b>26,6%</b>	<b>28,0%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*A Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 541,9 bilhões em dezembro, equivalente a 28,0% do PIB.*

## Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de dezembro com saldo de R\$ 368,3 bilhões, equivalentes a 19,1% do PIB acumulado em 12 meses, percentual esse superior em 1,0 ponto ao observado no mês anterior.

Em dezembro, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 368,3 bilhões.

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005	
	DEZ	NOV	DEZ	DEZ
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>210.377</b>	<b>347.275</b>	<b>368.294</b>	
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>799.218</b>	<b>956.421</b>	<b>976.439</b>	
LFT	448.720	505.984	497.908	
LTN	159.842	248.998	263.451	
NTN-B	26.306	50.600	73.824	
NTN-C	78.741	76.183	66.994	
NTN-D	11.773	4.865	5.206	
Demais	45.977	46.556	47.524	
Dívida Securitizada	25.448	19.797	18.084	
TDA	2.411	3.437	3.448	
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-588.840</b>	<b>-609.146</b>	<b>-608.145</b>	
<i>Tesouro Nacional</i>	-438.921	-447.787	-444.275	
Dívida Bancária	25.090	24.840	24.773	
Lei nº 7.976/89	-7.732	-5.782	-5.771	
Lei nº 8.727/93	-48.044	-47.819	-47.719	
Lei nº 9.496/97	-242.219	-249.789	-251.041	
Renegociação Dívida Municipais	-36.180	-37.872	-38.082	
Demais Haveres da STN	-129.837	-131.366	-126.435	
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-149.919	-161.359	-163.869	
FAT	-102.752	-114.880	-116.867	
Demais Entidades	-47.167	-46.479	-47.002	
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>45,2%</b>	<b>49,8%</b>	<b>50,5%</b>	
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-33,3%</b>	<b>-31,7%</b>	<b>-31,5%</b>	
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-24,8%</b>	<b>-23,3%</b>	<b>-23,0%</b>	
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>11,9%</b>	<b>18,1%</b>	<b>19,1%</b>	

## Emissões e Resgates

Em dezembro, a emissão líquida de títulos da DPMFi, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto, alcançou R\$ 4,7 bilhões. As emissões corresponderam a R\$ 45,7 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 40,9 bilhões. No acumulado do ano, os resgates alcançaram o valor de R\$ 450,2 bilhões e as emissões corresponderam a R\$ 473,9 bilhões, implicando em emissão líquida total de R\$ 23,7 bilhões.

No mês de dezembro, houve emissão líquida da DPMFi no montante de R\$ 4,7 bilhões.

No mês de dezembro, as emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 43,5 bilhões, sendo: i) R\$ 24,3 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2007, 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2008 e 2024; ii) R\$ 13,3 bilhões em LTN, com vencimentos em julho de 2006, 2007 e 2008 e janeiro de 2008; iii) R\$ 4,6 bilhões em LFT, com vencimento em março de 2010; iv) R\$ 668,1 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e

2012; e v) R\$ 596,0 milhões em NTN-C, com vencimentos em abril de 2021 e janeiro de 2031.

No ano, as emissões por meio de oferta pública totalizaram R\$ 466,2 bilhões, das quais se destacaram as emissões de LTN (R\$ 224,8 bilhões) e LFT (R\$ 179,1 bilhões). Os resgates de LTN foram da ordem de R\$ 163,0 bilhões e das LFT de R\$ 194,0 bilhões. Tal resultado revela o êxito do Tesouro Nacional em sua diretriz de aumentar a participação dos títulos prefixados no estoque da dívida ao longo de 2005, e, por outro, lado reduzir a participação das LFT no total da DPMFi.

**TABELA 6**  
**EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO**  
**NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2005**

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS		EMISSÕES DIRETAS		TESOURO DIRETO		TOTAL	
	Dez	Ano	Dez	Ano	Dez	Ano	Dez	Ano
	R\$ milhões							
<b>I. EMISSÕES</b>	<b>43.475,6</b>	<b>466.222,4</b>	<b>2.097,3</b>	<b>6.995,0</b>	<b>80,8</b>	<b>657,0</b>	<b>45.653,8</b>	<b>473.874,5</b>
LFT	4.573,7	179.135,4	1.800,0	2.195,3	18,1	165,6	6.391,7	181.496,3
LTN	13.312,9	224.759,3	0,0	700,5	34,4	367,9	13.347,3	225.827,7
NTN-B	24.324,9	50.640,6	0,0	1.608,8	22,2	58,6	24.347,0	52.308,0
NTN-C	596,0	4.351,3	0,0	107,7	3,9	46,0	599,9	4.505,1
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
NTN-F	668,1	7.335,7	0,0	0,0	2,4	19,0	670,5	7.354,7
TDA	0,0	0,0	106,6	1.126,5	0,0	0,0	106,6	1.126,5
Securitizada*	0,0	0,0	17,0	77,2	0,0	0,0	17,0	77,2
Demais	0,0	0,0	173,7	1.179,0	0,0	0,0	173,7	1.179,0
<b>II. RESGATES**</b>	<b>32.386,7</b>	<b>394.136,3</b>	<b>8.480,1</b>	<b>55.599,6</b>	<b>81,3</b>	<b>414,5</b>	<b>40.948,0</b>	<b>450.150,4</b>
LFT	16.907,9	193.984,5	4.642,8	26.256,9	5,7	50,7	21.556,4	220.292,1
LTN	2.527,9	162.953,8	0,0	4.728,6	8,1	180,6	2.536,0	167.862,9
NTN-B	2.811,6	10.727,9	0,0	800,8	0,9	13,0	2.812,4	11.541,6
NTN-C	9.794,6	23.423,0	477,4	965,5	66,1	161,5	10.338,2	24.549,9
NTN-D	0,0	1.271,0	0,0	5.358,7	0,0	0,0	0,0	6.629,7
NTN-F	344,8	1.776,1	0,0	0,0	0,4	8,6	345,2	1.784,8
TDA	0,0	0,0	109,0	525,2	0,0	0,0	109,0	525,2
Securitizada*	0,0	0,0	2.549,8	8.662,2	0,0	0,0	2.549,8	8.662,2
Demais	0,0	0,0	701,0	8.301,8	0,0	0,0	701,0	8.301,8
<b>III. VALOR LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>11.088,9</b>	<b>72.086,1</b>	<b>-6.382,7</b>	<b>-48.604,6</b>	<b>-0,4</b>	<b>242,6</b>	<b>4.705,8</b>	<b>23.724,1</b>

\* Inclui dívida agrícola.

\*\* Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público em dezembro totalizaram R\$ 2,1 bilhões, todas no âmbito dos programas públicos, sendo as mais importantes: i) R\$ 1,8 bilhão em LFT para permuta por títulos no âmbito da equalização da Dívida Agrícola; ii) R\$ 138,6 milhões em NTN-I para o Programa de Incentivo às Exportações (Proex); iii) R\$ 106,6 milhões em títulos da dívida agrária (TDA) para indenizações de desapropriação para a reforma agrária; e iv) R\$ 33,9 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES).

No que tange ao total de emissões diretas em 2005, o valor atingido foi de R\$ 7,0 bilhões e a sua composição pode ser observada na tabela a seguir:

#### Boxe 4 – Tesouro Direto

O programa Tesouro Direto completou no dia 7 de janeiro quatro anos de funcionamento. O sucesso deste programa inovador pode ser medido pelos crescentes valores de aplicações mensais e pelo número de investidores.

Em dezembro de 2005 o Tesouro Direto alcançou R\$ 80,8 milhões em vendas, recorde mensal desde a sua criação, representando um aumento de 93% em relação a novembro. O número de investidores cadastrados, crescente a cada mês, alcançou a marca de 49.498 pessoas.

Os títulos mais demandados pelos investidores em dezembro foram as LTN, representando 42,5% do montante vendido, seguidas pelas NTN-B (27,4%) e pelas LFT (22,3%).

Em 2005, as vendas alcançaram o volume de R\$ 657,0 milhões, representando um aumento de 83,5% em relação a 2004. Em seus 4 anos de operação, o programa alcançou um volume de vendas de R\$ 1,4 bilhão, sendo que 46,1% foram representados por títulos prefixados, 27,9% por títulos indexados a Selic e 25,9% por títulos atrelados a índices de preços. Cabe ressaltar que o volume médio por operação foi de R\$ 14.882,36.

EMISSÕES DIRETAS EM 2005	
Finalidade	R\$ mil TOTAL
Assunção, renegociação e quitação de dívidas do INSS com a Rede Bancária (NTN-B)	1.469.106
Contrato de Cessão de Crédito entre a União e o BNDES (LFT / NTN-C)	502.999
Fies (CFT-E1)	594.418
Funad (CFT-B)	4.100
Novação de dívida com o Banco do Estado de Alagoas S.A. - Em liquidação (CVS)	17.014
Novação de Dívida com o Banco do Estado de Santa Catarina - Crédito Imobiliário (CVS)	60.186
Proex (NTN-I)	371.317
Proex - Restos a Pagar 2004 (NTN-I)	204.536
PND (NTN-P)	4.025
PND - emissão realizada em 22/12/2004 (NTN-P)	611
Reforma Agrária (TDA)	1.126.516
Permuta de títulos do Banco Citibank S.A. por NTN-B	71.137
Permuta de NTN-I por NTN-B	3.252
Permuta de títulos da Dívida Agrícola por LTN	700.480
Permuta de títulos da Dívida Agrícola do Banco do Brasil S.A. por LFT	1.800.001
Permuta de LFT por NTN-B	65.296
<b>TOTAL</b>	<b>6.994.995</b>

Em dezembro, as emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Tesouro Direto, totalizaram R\$ 80,8 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 34,4 milhões em LTN com vencimentos em julho e outubro de 2006, janeiro, abril e julho de 2007 e janeiro e julho de 2008; ii) R\$ 22,2 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2008 e 2024 e maio de 2007, 2009, 2015 e 2045; iii) R\$ 18,1 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009 e 2010; iv) R\$ 3,9 milhões em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; e v) R\$ 2,4 milhões em NTN-F com vencimento em janeiro de 2008 e 2010.

Em 2005, quarto ano de existência do programa, as vendas de títulos públicos pela internet alcançaram o montante de R\$ 657,0 milhões, aumento de 83,5% em relação ao ano de 2004, quando o volume financeiro foi de R\$ 358,0 milhões. No que diz respeito ao número de investidores cadastrados, verificou-se aumento de 50,9% relativamente ao ano de 2004 (49.498 em 2005, contra 32.796 em 2004).

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em dezembro, atingiu R\$ 40,9 bilhões, sendo R\$ 19,6 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 21,3 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 11,1 bilhões em LFT, R\$ 2,8 bilhões em NTN-B e R\$ 50,7 milhões em NTN-C, todas aceitas nos leilões de NTN-B; ii) R\$ 3,8 bilhões em LFT, aceitas nos leilões de troca de LFT; e iii) R\$ 616,5 milhões em NTN-C, aceitas no leilão de NTN-C.

**Boxe 5 – Títulos Indexados a Índices de Preços**

Em linha com as diretrizes de administração da dívida pública e visando fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de dezembro, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

O montante emitido de NTN-C, em dezembro, foi de R\$ 596,0 milhões. No leilão realizado nos dias 29 e 30 de novembro, com liquidação financeira no dia 1º de dezembro de 2005, foram ofertados títulos com vencimentos em 2017, 2021 e 2031, sendo que os títulos com vencimentos em 2017 não tiveram proposta aceita. As taxas de venda para os títulos com vencimentos em 2021 e 2031 foram ambas de 8,45% a.a.. Neste leilão, 93,9% (R\$ 559,4 milhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 6,1% (R\$ 36,6 milhões) foram recebidos em dinheiro. Ressalta-se ainda que a NTN-C com vencimento em 2031 foi o título mais demandado, representando 92,9% do total negociado.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido em dezembro foi de R\$ 24,3 bilhões. No leilão realizado nos dias 2 e 5 de dezembro, com liquidação financeira no dia 6 de dezembro de 2005, foram emitidos R\$ 11,4 bilhões. Desse montante 60,2% (R\$ 6,9 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 39,8% (R\$ 4,5 bilhões) em dinheiro. Os títulos mais demandados foram aqueles com vencimento em 2009, representando 70,4% do total vendido e saindo à taxa de 11,27% a.a.. Os títulos com vencimento em 2007 e 2008 foram vendidos às taxas de 11,95% a.a. e 11,45% a.a., respectivamente.

O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 13 e 14 de dezembro com liquidação financeira em 15 de dezembro. O montante vendido foi de R\$ 12,9 bilhões, sendo que 52,7% (R\$ 6,8 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 47,3% (R\$ 6,1 bilhões) em dinheiro. Destaca-se que a NTN-B com vencimento em 2009 foi, novamente, o título mais demandado, saindo à taxa de 11,19% a.a.. As NTN-B com vencimento em 2007, 2008, 2015, 2024 e 2045 foram vendidas às taxas de 11,65% a.a., 11,35% a.a., 8,92% a.a., 8,98% a.a. e 9,05% a.a., respectivamente.

O montante de NTN-B vendido em dezembro foi o maior da história deste título, tendo sido equivalente a aproximadamente 2,8 vezes o recorde anterior de venda mensal de R\$ 8,8 bilhões, ocorrido em novembro de 2005. Tal aumento de demanda pode ser atribuído à trajetória descendente da taxa de juros, fato que gerou forte migração das aplicações em LFT para outros títulos públicos. Este movimento, somado ao vencimento de NTN-C, favoreceu o aumento da procura por NTN-B.

Em relação à composição da DPMFi, observou-se redução na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 2,06 pontos percentuais em função do resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 15,2 bilhões, e aumento na participação dos títulos com rentabilidade prefixada (0,92 ponto percentual) em função da emissão líquida de LTN, no valor de R\$ 10,8 bilhões. Os títulos remunerados por índice de preços apresentaram um aumento de 1,09 pontos percentuais, devido a emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 21,5 bilhões (ver detalhes no boxe 2).

Comparando-se a posição do final de 2005 com dezembro de 2004, destacam-se a redução na participação dos títulos remunerados pelo câmbio e pela Selic e o expressivo aumento dos títulos prefixados, cuja participação passou de 20,5% do total da dívida em 2004 para 28,0% em 2005.

**Composição**



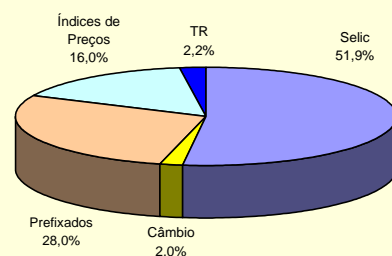
Os títulos prefixados tiveram sua participação aumentada em 0,92 ponto percentual, enquanto os títulos remunerados pela taxa Selic reduziram-se em 2,06 pontos percentuais.

**TABELA 7**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE\***  
**BRASIL, 2004/2005** (%)

INDEXADOR	2004		2005	
	DEZ	NOV	DEZ	
Selic	57,77	53,93	51,87	
Câmbio	3,53	1,92	2,01	
Prefixados	20,46	27,09	28,01	
Índices de Preços	15,51	14,86	15,95	
TR	2,73	2,20	2,16	

\* Não inclui dívida agrícola.

**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, DEZ/2005**



## Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 17,69% a.a. em novembro, para 18,85% a.a. em dezembro, em função da depreciação do real frente ao dólar americano (variação de 6,06% em dezembro quando no mês anterior houve apreciação de 2,10%), aumentando o custo anual da NTN-D.

**TABELA 8**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2000/2005** (% anual)

PERÍODO		(% anual)	
		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2004	Dez	17,37	15,54
	Jan	16,93	16,05
2005	Fev	17,34	16,51
	Mar	18,71	19,37
	Abr	18,20	16,71
	Mai	17,03	15,04
	Jun	16,74	15,81
	Jul	16,91	17,22
	Ago	16,51	15,96
	Set	16,64	14,58
	Out	18,74	18,94
	Nov	18,55	17,69
	Dez	17,51	18,85

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

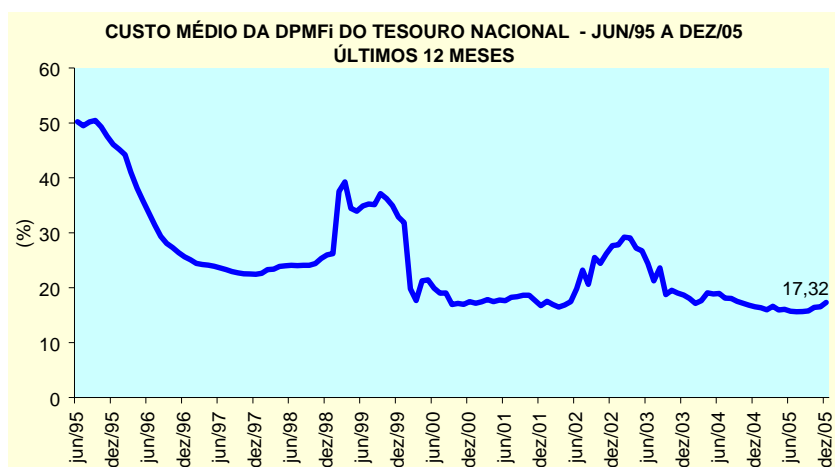
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 18,55% a.a. em novembro, para 17,51% a.a. em dezembro, devido a: i) menor variação do IGP-M (0,40% em novembro, contra -0,01% em dezembro) reduzindo o custo anual da NTN-C em 5,79 pontos percentuais; e ii) menor variação do IPCA (0,55% em novembro, contra 0,36% em dezembro), que reduziu o custo anual da NTN-B em 0,52 ponto percentual.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi apresentou acréscimo, passando de 16,52% a.a., em novembro, para 17,32% a.a., em dezembro, principalmente em função da valorização do dólar americano



frente ao real (6,06% em dezembro de 2005, contra -2,79% no mesmo mês do ano anterior). Se compararmos o custo médio da DPMFi em 2004 com 2005, observa-se que o indicador apresentou acréscimo de 0,81%, já que em dezembro de 2004 seu valor foi de 16,51%. Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



*O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 17,32% a.a., apresentando aumento de 0,80 ponto percentual em relação ao mês anterior.*

Em dezembro, tanto o prazo médio quanto a vida média da DPMFi apresentaram aumento, sendo o primeiro de 0,21 mês, atingindo 27,49 meses, e o segundo de 0,35 mês, alcançando 40,28 meses. Ambas elevações foram fortemente influenciadas pelas emissões competitivas de títulos a índices de preços (comentados no box 2). O prazo médio da NTN-C cresceu 10,04 meses devido à emissão deste título com prazo médio de 296,39 meses, superior ao prazo médio do seu estoque em novembro (68,71 meses). As LTN apresentaram prazo médio de emissão (18,75 meses) superior ao prazo médio de estoque desses títulos em novembro (9,86 meses), resultando em uma redução de apenas 0,4 mês. Já o prazo médio da NTN-B apresentou redução de 11,37 meses, devido ao prazo médio de emissão em dezembro (44,18 meses) ter sido menor que o prazo médio do estoque em novembro (70,18 meses).

## **Prazo Médio**

*Em comparação a novembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 0,21 mês.*

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2004/2005**

TÍTULOS	Meses		
	2004		2005
	DEZ	NOV	DEZ
LTN	5,20	9,86	9,46
LFT	17,34	19,04	19,05
NTN-B	104,95	70,18	58,82
NTN-C	68,45	68,71	78,74
NTN-D	11,69	13,03	12,03
TDA	64,24	63,97	63,66
Dívida Securitizada*	78,98	82,59	87,84
Demais	95,96	83,36	83,26
<b>TOTAL</b>	<b>28,29</b>	<b>27,28</b>	<b>27,49</b>

(\*) Inclui dívida agrícola.

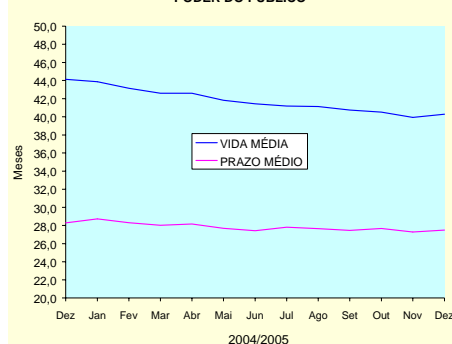
**TABELA 9  
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2004/2005**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
		2004	44,14
2005	43,89	28,73	21,41
	43,14	28,32	21,26
	42,60	28,01	21,10
	42,62	28,16	21,50
	41,83	27,69	21,16
	41,44	27,42	21,01
	41,19	27,81	21,59
	41,13	27,65	21,43
	40,75	27,46	21,43
	40,52	27,67	21,67
	39,93	27,28	21,65
	40,28	27,49	21,90

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**


Em comparação com dezembro de 2004, os dois indicadores apresentaram redução. O prazo médio passou de 28,29 meses em dezembro de 2004 para 27,49 meses em dezembro de 2005, uma redução de 0,8 mês. A vida média, por sua vez, caiu 3,86 meses, passando de 44,14 para 40,28 meses. A esse respeito deve ser levado em consideração o esforço de melhora da composição da DPMFi por meio da substituição de passivos indexados à taxa Selic (de maior prazo médio) por outros remunerados por taxas prefixadas (tradicionalmente de menor prazo médio).

## Dívida Externa Líquida

Em dezembro de 2005, o estoque da Dívida Externa Líquida em moeda nacional totalizou R\$ 173,6 bilhões, representando acréscimo de 6,35% em relação a novembro, devido, basicamente, à depreciação cambial de 6,06% ocorrida no mês. Na moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu um acréscimo de 0,17%, provocado principalmente pela reabertura do *Global 2034*, quando emituiu-se US\$ 500 milhões deste título como parte do Programa de Financiamento Externo para o biênio 2006-2007. O título, que paga cupom semestral de 8,250% a.a., foi emitido a 99,325% do seu valor de face, resultando em uma taxa de retorno para o investidor de 8,311% a.a. A emissão obteve um bom resultado também em termos de spread, atingindo 362 pontos-base, o menor valor das emissões do *Global 2034* até então.

Em 2005, o estoque da dívida externa líquida apresentou redução, tanto em reais quanto em dólares. Em dólares, a redução do estoque da dívida foi de 1,50%, explicada pela diminuição do saldo devedor da dívida contratual, da ordem de 11,6%, contrabalançada pela elevação de 1,9% da dívida mobiliária externa em dólares. Já em moeda nacional, o saldo devedor apresentou queda de 13,13%, decorrente, principalmente, da expressiva valorização do real ao longo do ano, que alcançou 11,8%.

**TABELA 10**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	DEZ	NOV	DEZ
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>160.369</b>	<b>134.926</b>	<b>144.156</b>
Bônus de Renegociação	38.358	15.882	16.844
Bônus de Captação	122.011	119.044	127.312
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>43.574</b>	<b>32.017</b>	<b>33.318</b>
Organismos Multilaterais	25.456	19.675	22.076
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.415	6.785	7.190
Clube de Paris	9.703	5.557	4.052
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>203.943</b>	<b>166.943</b>	<b>177.474</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.674</b>	<b>-3.211</b>	<b>-3.525</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-377</b>	<b>-455</b>	<b>-312</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>199.892</b>	<b>163.277</b>	<b>173.638</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>11,3%</b>	<b>8,5%</b>	<b>9,0%</b>

*Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais apresentou acréscimo de 6,35%.*

O serviço da DPFe, em dezembro, totalizou R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 2,0 bilhões referem-se ao pagamento de principal e R\$ 445,3 milhões ao pagamento de juros e encargos - a maior parte referente à dívida mobiliária. No acumulado de 2005, o serviço da DPFe foi de R\$ 34,6 bilhões, sendo R\$ 19,1 bilhões referentes a principal e R\$ 15,4 bilhões a juros e encargos. Destaca-se, no volume total de serviços da dívida da DPFe, os pagamentos referentes à DPMFe – Dívida Pública Mobiliária Federal externa, que alcançaram 75% do total, ante um percentual de 68,5% em 2004. Cabe ressaltar que no ano de 2005, o serviço da dívida referente aos Bônus de Renegociação correspondeu a 31,5% dos pagamentos da DPMFe, enquanto os Bônus de Captação (novas emissões) corresponderam aos restantes 68,5%, em linha com o aumento da participação desses últimos no estoque da DPFe.

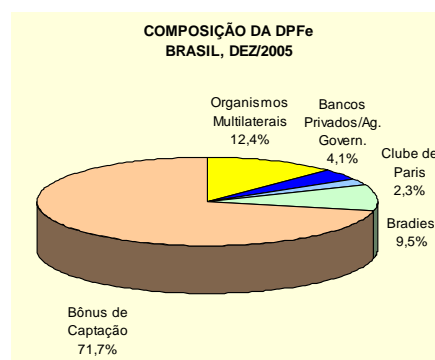
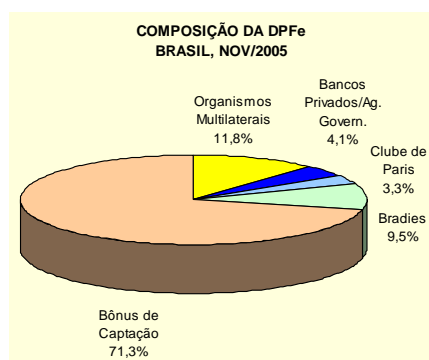
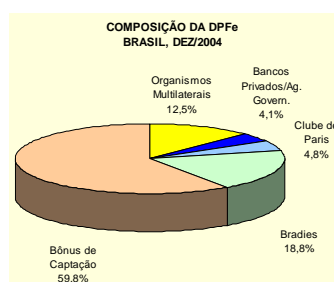
**TABELA 11**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, 2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	DEZEMBRO			JANEIRO-DEZEMBRO		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
<b>I. ENCARGOS TOTAIS</b>	<b>2.047,3</b>	<b>445,3</b>	<b>2.492,6</b>	<b>19.143,3</b>	<b>15.451,8</b>	<b>34.595,2</b>
I.1. Organismos Multilaterais	44,1	69,8	113,9	2.116,5	820,7	2.937,3
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	136,4	36,4	172,8	1.125,6	522,8	1.648,4
I.3. Clube de Paris	1.866,8	137,1	2.003,9	3.705,3	344,6	4.049,9
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	201,9	201,9	12.195,9	13.763,7	25.959,6
Bônus de Renegociação	0,0	0,0	0,0	6.367,0	1.802,8	8.169,8
Globais	0,0	201,3	201,3	2.348,2	9.592,2	11.940,4
Euros	0,0	0,0	0,0	3.480,6	2.214,0	5.694,6
Demais	0,0	0,6	0,6	0,1	154,7	154,8

*As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,5 bilhões no mês.*

## Composição

Em relação à composição da DPFe, houve um decréscimo da participação do Clube de Paris, em razão do pagamento de principal dessa dívida ocorrido no mês. Em decorrência desse fato, houve uma reorganização na composição dos outros grupos. Já no acumulado do ano, a alteração mais expressiva foi o crescimento de 11,9 pontos percentuais na participação dos bônus de captação, que passaram a responder por 71,7% do estoque da DPFe em 2005, ante 59,8% em 2004.



## Prazo e Custo Médio

O prazo médio da DPMFe sofreu um decréscimo em relação a novembro, passando de 6,36 anos para 6,32 anos. A redução do prazo médio foi parcialmente compensada pela emissão do *Global 2034*, que tem prazo médio de 11,1 anos. Relativamente a 2004, a dívida mobiliária externa apresentou elevação de seu prazo médio em 0,43 anos, passando de 5,89 para 6,32 em 2005.

Já a vida média da DPMFe passou de 12,26 anos em novembro, para 12,30 anos, em dezembro. Em relação a 2004, a vida média apresentou um acréscimo de 6,0%, passando de 11,60 anos em dezembro de 2004 para 12,30 em dezembro de 2005.

O custo médio da DPMFe, em dólares, apresentou pequeno decréscimo, passando de 9,43% a.a., em novembro, para 9,42% a.a., em dezembro. Ao longo de 2005, em comparação com o ano anterior, houve ligeiro aumento em seu custo médio, uma vez que este indicador passou de 9,08% a.a., em dezembro de 2004, para 9,42%, em dezembro de 2005. Embora se observe na tabela abaixo o aumento do custo médio durante o ano, é necessário destacar que individualmente todos os bônus apresentaram queda do custo no período. O aumento do custo médio do total da dívida externa é devido à elevação da participação dos bônus de captação na composição geral da DPMFe, já que os mesmos possuem custo médio superior ao do estoque em dezembro. Em

particular, no que tange aos principais instrumentos de financiamento externo (Bônus de Captação), ressalta-se que tanto os Globais quanto Euros apresentaram queda em seu custo médio ao longo de 2005, principalmente devido à queda nas taxas de emissões.

**TABELA 12**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA**  
**FEDERAL EXTERNA**  
**BRASIL, 2004/2005**

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005	
	DEZ	NOV	NOV	DEZ
<b>PRAZO MÉDIO (1)</b>	<b>5,89</b>	<b>6,36</b>	<b>6,36</b>	<b>6,32</b>
Bônus de Renegociação	5,52	6,24	6,24	6,16
Bônus de Captação	6,00	6,38	6,38	6,34
Globais	7,05	7,03	7,03	7,00
Euros	3,08	3,77	3,77	3,68
Demais	2,06	1,24	1,24	1,16
<b>VIDA MÉDIA (2)</b>	<b>11,60</b>	<b>12,26</b>	<b>12,26</b>	<b>12,30</b>
Bônus de Renegociação	9,91	10,40	10,40	10,32
Bônus de Captação	12,14	12,50	12,50	12,56
Globais	14,95	14,22	14,22	14,30
Euros	4,53	5,00	5,00	4,92
Demais	2,25	1,34	1,34	1,25
<b>CUSTO MÉDIO (3)</b>	<b>9,08</b>	<b>9,43</b>	<b>9,43</b>	<b>9,42</b>
Bônus de Renegociação	5,47	5,41	5,41	5,41
Bônus de Captação	10,21	9,97	9,97	9,95
Globais	10,59	10,17	10,17	10,14
Euros	9,95	9,93	9,93	9,93
Demais	6,08	6,09	6,09	6,08

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.  
(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos  
(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

*Em dezembro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa diminuiu para 6,32 anos. O custo médio também diminuiu pra 9,42% a.a.*

#### Boxe 6 – Brasil Emite Bônus de 31 anos no mercado externo

O Tesouro Nacional realizou, no último dia 10 de janeiro, a emissão do bônus Global 2037, o segundo título de prazo mais longo já colocado pelo País em emissões soberanas. Apesar de não ser o título mais longo, é o que apresenta a maior *duration*, já que o Global 2040, título brasileiro de prazo mais longo em mercado, tem cláusula de recompra pelo Tesouro a partir de 2015. A emissão, liderada pelo Deutsche Bank e pelo UBS Investment Bank, colocou em mercado US\$ 1 bilhão do novo título.

A emissão foi bem recebida pelo mercado, o que ficou refletido nos bons resultados obtidos. O título, que paga cupom semestral de 7,125% a.a., foi emitido ao preço de 94,856% do seu valor de face, resultando assim, em rentabilidade ao investidor (yield) de 7,557% a.a.. O spread foi de 295 pontos base acima do título de referência do Tesouro Americano com 30 anos de prazo. Destaca-se que este spread foi o segundo mais baixo desde o retorno do Brasil ao mercado externo em 1995, maior apenas que o Global 2001, emitido em 1996 com spread de 265 pontos base.

Esta foi a quinta emissão da programação de financiamento da Dívida Pública Federal externa – DPFe para o biênio 2006 – 2007, a qual já totaliza US\$ 4,5 bilhões captados. Com esta emissão, restam apenas US\$ 4,5 bilhões para alcançar o montante total proposto pelo programa, de US\$ 9,0 bilhões.

**Boxe 7–Tesouro Nacional divulga o Plano Anual de Financiamento de 2006**

O Tesouro Nacional divulgou no dia 16 de janeiro o Plano Anual de Financiamento (PAF 2006), que apresenta os objetivos, as diretrizes, as metas e prioridades da administração da Dívida Pública Federal para o ano de 2006. As diretrizes definidas continuam em acordo com as adotadas desde 2003, no sentido de aumentar a participação de títulos prefixados e remunerados por índices de preços na composição total da dívida, buscar o alongamento gradual do prazo médio de emissão, efetuar resgates líquidos dos títulos remunerados pela taxa Selic e não emitir títulos referenciados ao câmbio.

Segundo o PAF, a necessidade líquida de financiamento do Governo Federal em 2006 será de R\$ 419,4 bilhões. Este montante considera os vencimentos da dívida do Governo Federal em mercado projetados para 2006, que correspondem a cerca de R\$ 481,5 bilhões, e a disponibilidade de recursos orçamentários no ano, de R\$ 62,1 bilhões.

No documento destaca-se a programação de financiamento da DPFe para o biênio 2006-2007, que prevê a emissão de até US\$ 9,0 bilhões em títulos, correspondente a cerca de 76% dos vencimentos de principal dos Bradies e títulos soberanos (emitidos a partir de 1996) e da dívida contratual com o Clube de Paris.

Além de apresentar os resultados esperados da DPFe, em particular, da DPMFi para 2006, o plano contém a avaliação de risco da dívida. Segundo a análise de *stress* presente no documento, um choque de proporções extremas (no valor de 3 desvios-padrão sobre a média da taxa Selic e da desvalorização cambial acumulada em 12 meses) e substancial persistência (isto é, pelo menos um ano) na taxa de juros e no câmbio elevaria o estoque da DPF existente em dezembro de 2005 em R\$ 113,03 bilhões, considerando uma composição da DPF equivalente ao ponto médio dos limites indicativos no PAF-2006. Por outro lado, se a estrutura da dívida fosse aquela existente ao final de 2002, esse impacto seria R\$ 331,83 bilhões, ou seja, mais de três vezes maior. A redução da sensibilidade da DPF a cenários de *stress* reduziu-se, portanto, em quase 65%.

Destaca-se que o PAF apresenta, pela primeira vez, análise do risco de estratégia, ou seja, o risco de cumprimento das metas, que se apresenta reduzido. Isso é ilustrado, por exemplo, pela observação de que a desejada redução da participação das LFT na dívida pública deve se dar de forma natural, considerando-se o volume desses títulos vencendo em 2006, assim como o padrão de emissões observado em 2005.

Para maiores detalhes do PAF 2006, acesse o site <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/paf2006.htm>

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### **c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### **d) Outras Informações**

**Tabela A9** – Custeio por Órgão até Dezembro 2004/2005

**Tabela A10** – Investimento por Órgão até Dezembro 2004/2005

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial



**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Dez/2004	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2005
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>47.480,6</b>	<b>41.420,7</b>	<b>35.265,7</b>	<b>38.278,2</b>	<b>42.799,8</b>	<b>36.936,6</b>	<b>40.441,6</b>	<b>40.193,2</b>	<b>39.248,5</b>	<b>36.722,7</b>	<b>41.439,6</b>	<b>39.810,6</b>	<b>55.798,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>34.029,2</b>	<b>33.308,5</b>	<b>27.740,3</b>	<b>29.875,2</b>	<b>34.091,1</b>	<b>28.638,9</b>	<b>31.692,4</b>	<b>31.604,4</b>	<b>30.212,9</b>	<b>27.864,4</b>	<b>32.627,2</b>	<b>30.660,0</b>	<b>40.212,2</b>
I.1.1 Receita Bruta	34.600,8	33.672,5	28.177,4	30.605,9	34.615,1	29.369,7	33.419,6	33.960,3	31.298,3	30.268,1	34.343,8	31.686,2	41.002,3
- Impostos	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8	12.899,3	13.097,6	12.424,5	13.925,0	13.609,0	20.015,8
- Contribuições	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.080,8	14.976,9	14.028,6	14.810,5	16.309,9	15.010,9	15.206,0	15.728,2	15.452,0	16.418,9
- Demais (1)	3.734,7	4.110,1	3.552,5	3.396,4	4.995,1	3.162,8	2.631,3	4.751,1	3.189,9	2.637,6	4.690,6	2.625,2	4.567,6
I.1.2. (-) Restituições	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1	-783,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>13.318,7</b>	<b>8.047,0</b>	<b>7.371,0</b>	<b>8.236,1</b>	<b>8.598,3</b>	<b>8.187,8</b>	<b>8.589,1</b>	<b>8.474,5</b>	<b>8.952,4</b>	<b>8.748,2</b>	<b>8.699,0</b>	<b>9.044,1</b>	<b>15.486,6</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>132,7</b>	<b>65,2</b>	<b>154,4</b>	<b>166,9</b>	<b>110,4</b>	<b>109,9</b>	<b>160,1</b>	<b>114,3</b>	<b>83,3</b>	<b>110,1</b>	<b>113,3</b>	<b>106,5</b>	<b>100,0</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>6.342,8</b>	<b>7.396,1</b>	<b>6.699,0</b>	<b>6.209,7</b>	<b>6.557,4</b>	<b>7.996,6</b>	<b>6.648,0</b>	<b>6.463,2</b>	<b>6.751,1</b>	<b>5.401,6</b>	<b>6.330,7</b>	<b>8.216,6</b>	<b>9.266,7</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IP1, IR e outras)	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7	4.652,7	4.822,5	4.058,9	4.685,1	5.818,1	7.625,5
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	354,1	358,3	361,5	359,3	353,2	359,5	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1
II.3. Transferências da Cide	0,0	439,9	0,0	0,0	430,1	0,0	0,0	453,5	0,0	0,0	452,5	0,0	0,0
II.4. Demais	919,3	912,2	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9	1.012,0	1.563,4	978,8	842,6	2.032,0	824,0
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>41.137,8</b>	<b>34.024,6</b>	<b>28.566,7</b>	<b>32.068,5</b>	<b>36.242,4</b>	<b>28.939,9</b>	<b>33.793,6</b>	<b>33.730,0</b>	<b>32.497,5</b>	<b>31.321,0</b>	<b>35.108,9</b>	<b>31.593,9</b>	<b>46.532,1</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>43.900,0</b>	<b>25.647,1</b>	<b>26.461,4</b>	<b>25.512,7</b>	<b>23.552,0</b>	<b>26.224,5</b>	<b>27.978,5</b>	<b>28.975,1</b>	<b>28.742,6</b>	<b>28.554,1</b>	<b>29.315,8</b>	<b>30.315,9</b>	<b>50.651,0</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)</b>	<b>10.335,0</b>	<b>8.169,5</b>	<b>7.693,4</b>	<b>6.844,1</b>	<b>6.575,6</b>	<b>6.739,6</b>	<b>7.561,2</b>	<b>8.617,9</b>	<b>7.031,6</b>	<b>7.134,2</b>	<b>6.858,8</b>	<b>8.110,2</b>	<b>10.894,7</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>19.922,2</b>	<b>10.497,6</b>	<b>11.169,3</b>	<b>10.573,3</b>	<b>10.611,6</b>	<b>10.530,9</b>	<b>11.735,9</b>	<b>11.561,3</b>	<b>11.560,7</b>	<b>11.461,3</b>	<b>11.836,4</b>	<b>12.071,4</b>	<b>22.400,5</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>13.298,1</b>	<b>6.888,8</b>	<b>7.377,6</b>	<b>7.855,8</b>	<b>6.197,2</b>	<b>8.773,6</b>	<b>8.510,1</b>	<b>8.618,5</b>	<b>9.827,9</b>	<b>9.784,9</b>	<b>10.425,5</b>	<b>10.000,8</b>	<b>17.169,8</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.098,3	615,1	500,8	858,4	671,5	862,2	860,6	1.309,3	1.737,4	1.272,7	1.081,0	1.200,8	930,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	2.028,1	112,8	1.357,6	875,9	18,3	424,4	347,7	525,5	349,6	1.001,1	1.531,4	553,7	3.325,7
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	661,9	617,5	692,1	702,6	703,8	712,2	819,6	821,7	826,6	830,3	837,5	840,9	848,3
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.509,9	5.543,3	4.827,0	5.418,9	4.803,7	6.774,8	6.482,2	5.962,0	6.914,3	6.680,8	6.975,6	7.405,4	12.065,6
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>72,7</b>	<b>8,6</b>	<b>105,6</b>	<b>51,0</b>	<b>51,7</b>	<b>53,7</b>	<b>50,3</b>	<b>49,3</b>	<b>22,7</b>	<b>53,7</b>	<b>55,9</b>	<b>15,9</b>	<b>34,5</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>271,9</b>	<b>82,5</b>	<b>115,5</b>	<b>188,6</b>	<b>115,8</b>	<b>126,7</b>	<b>121,0</b>	<b>128,1</b>	<b>299,8</b>	<b>120,0</b>	<b>139,2</b>	<b>117,5</b>	<b>151,5</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>-2.762,2</b>	<b>8.377,5</b>	<b>2.105,3</b>	<b>6.555,8</b>	<b>12.690,4</b>	<b>2.715,4</b>	<b>5.815,2</b>	<b>4.754,9</b>	<b>3.754,8</b>	<b>2.766,9</b>	<b>5.793,1</b>	<b>1.278,0</b>	<b>-4.118,9</b>
V.1. Tesouro Nacional	3.980,6	10.845,4	5.864,7	8.914,6	14.709,2	5.075,3	8.922,9	7.855,5	6.579,6	5.490,0	8.956,3	4.316,5	2.846,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8
V.3. Banco Central (6)	-139,3	-17,3	38,9	-21,7	-5,5	-16,8	39,1	-13,8	-216,5	-9,9	-25,8	-11,1	-51,6
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)</b>	<b>0,0</b>	<b>128,6</b>	<b>167,4</b>	<b>200,0</b>	<b>164,2</b>	<b>331,7</b>	<b>168,2</b>	<b>331,2</b>	<b>435,0</b>	<b>209,0</b>	<b>154,0</b>	<b>110,4</b>	<b>0,0</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-347,3</b>	<b>0,9</b>	<b>-145,4</b>	<b>449,2</b>	<b>1.453,3</b>	<b>-843,4</b>	<b>76,7</b>	<b>528,7</b>	<b>318,6</b>	<b>-46,2</b>	<b>374,9</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)</b>	<b>-3.109,5</b>	<b>8.507,0</b>	<b>2.127,3</b>	<b>7.205,0</b>	<b>14.307,9</b>	<b>2.203,8</b>	<b>6.060,0</b>	<b>5.614,8</b>	<b>4.508,5</b>	<b>2.929,8</b>	<b>6.321,9</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS (8)</b>	<b>-5.535,7</b>	<b>-9.357,9</b>	<b>-7.851,2</b>	<b>-10.971,7</b>	<b>-7.014,5</b>	<b>-9.468,5</b>	<b>-13.248,6</b>	<b>-11.733,1</b>	<b>-12.024,2</b>	<b>-13.282,7</b>	<b>-11.479,2</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)</b>	<b>-8.645,2</b>	<b>-850,9</b>	<b>-5.724,0</b>	<b>-3.766,7</b>	<b>7.293,3</b>	<b>-7.264,7</b>	<b>-7.188,6</b>	<b>-6.118,3</b>	<b>-7.515,8</b>	<b>-10.353,0</b>	<b>-5.157,3</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS (1)	673,8	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RMV (4)	86,4	143,6	140,9	143,0	140,2	139,6	159,0	157,8	156,8	155,4	154,0	152,4	151,1

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Dez/2004	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2005
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>54.023,2</b>	<b>33.096,7</b>	<b>38.202,0</b>	<b>40.138,6</b>	<b>38.775,9</b>	<b>41.525,0</b>	<b>41.811,0</b>	<b>38.322,5</b>	<b>41.315,0</b>	<b>38.691,3</b>	<b>38.160,8</b>	<b>44.240,0</b>	<b>62.315,5</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.823,6	30.828,8	28.092,0	29.680,8	27.513,9	27.085,0	33.041,1	43.897,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.969,7	1.293,9	1.244,3	1.439,5	1.215,4	1.463,7	1.469,9	930,0	1.642,1	1.527,7	1.485,4	1.311,9	1.530,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	385,2	334,2	348,4	185,0	332,2	219,2	259,3	207,8	221,8	164,4	188,1	107,3	157,8
I.5 - Receita do Salário Educação	357,4	217,3	443,8	268,8	243,5	213,2	176,9	317,4	322,4	356,9	297,4	330,3	346,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.194,6	9.031,6	7.998,8	8.756,8	9.242,8	8.768,9	9.056,3	8.724,6	9.374,9	9.078,4	9.101,6	9.446,6	16.323,5
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	11,8	20,5	3,2	3,5	10,6	36,4	19,8	50,6	73,0	50,0	3,2	2,8	66,9
<b>II. DESPESAS</b>	<b>43.653,7</b>	<b>35.955,3</b>	<b>39.427,8</b>	<b>34.360,0</b>	<b>37.571,1</b>	<b>40.176,4</b>	<b>40.690,7</b>	<b>45.089,0</b>	<b>39.058,8</b>	<b>42.664,6</b>	<b>42.385,6</b>	<b>50.038,4</b>	<b>56.790,7</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>7.239,3</b>	<b>8.897,6</b>	<b>8.671,2</b>	<b>7.130,7</b>	<b>8.132,8</b>	<b>9.551,4</b>	<b>8.186,5</b>	<b>7.766,1</b>	<b>8.274,0</b>	<b>6.647,5</b>	<b>7.730,6</b>	<b>10.119,2</b>	<b>10.288,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9	4.958,3	5.136,9	4.321,5	4.989,2	6.555,3	8.103,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	501,2	808,2	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8	422,2	928,5	1.277,4	450,5	1.007,6	1.481,8	461,3
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	354,1	396,1	361,5	359,3	353,2	712,7	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1
II.1.4 - Outras Vinculações	982,6	1.634,3	1.861,0	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1	1.534,3	1.494,5	1.511,6	1.383,4	1.715,5	906,4
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>36.414,3</b>	<b>27.057,7</b>	<b>30.756,7</b>	<b>27.229,3</b>	<b>29.438,4</b>	<b>30.625,0</b>	<b>32.504,2</b>	<b>37.323,0</b>	<b>30.784,8</b>	<b>36.017,1</b>	<b>34.655,0</b>	<b>39.919,2</b>	<b>46.502,3</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.342,6	8.593,6	7.884,5	7.439,6	7.244,4	7.732,2	9.490,7	7.441,3	7.560,9	7.380,2	7.746,5	11.095,0	9.839,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.138,0	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,6	4.782,0	1.648,4	3.421,9	887,0	160,8	2.951,4
i) Dívida Contratual Interna	424,1	102,7	114,2	108,8	115,7	105,1	139,5	69,0	110,2	112,6	332,8	112,2	24,2
ii) Dívida Contratual Externa	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0	4.713,0	1.538,2	3.309,3	554,2	48,6	2.927,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.366,6	6.747,4	2.836,5	5.519,3	6.494,3	4.513,8	3.260,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0	11.187,2	11.273,4	11.419,1	11.667,7	15.960,5	18.164,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.142,4	3.616,7	5.726,3	6.289,7	5.360,5	6.270,6	6.475,5	6.654,0	7.210,3	7.831,3	7.699,3	7.907,7	11.496,2
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	708,2	118,3	521,8	254,6	184,5	537,8	442,7	511,0	255,2	445,2	160,2	281,3	789,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>10.369,5</b>	<b>-2.858,7</b>	<b>-1.225,8</b>	<b>5.778,6</b>	<b>1.204,7</b>	<b>1.348,6</b>	<b>1.120,2</b>	<b>-6.766,6</b>	<b>2.256,2</b>	<b>-3.973,3</b>	<b>-4.224,8</b>	<b>-5.798,4</b>	<b>5.524,8</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>33.862,7</b>	<b>37.995,0</b>	<b>31.205,9</b>	<b>34.568,0</b>	<b>34.870,4</b>	<b>32.459,8</b>	<b>28.540,2</b>	<b>45.796,9</b>	<b>27.870,1</b>	<b>39.005,8</b>	<b>35.339,3</b>	<b>39.448,4</b>	<b>27.466,6</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	32.432,0	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7	45.182,0	26.852,7	38.444,5	34.727,6	38.781,0	26.528,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.430,7	668,1	1.063,7	559,4	648,9	1.101,4	970,5	614,9	1.017,5	561,3	611,7	667,5	937,9
<b>V. DESPESAS</b>	<b>21.253,6</b>	<b>37.336,1</b>	<b>22.331,2</b>	<b>17.498,7</b>	<b>37.574,6</b>	<b>24.176,3</b>	<b>25.778,7</b>	<b>41.200,8</b>	<b>30.959,9</b>	<b>30.072,0</b>	<b>31.313,0</b>	<b>18.316,2</b>	<b>18.022,1</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	20.456,9	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0	39.351,3	27.510,6	26.393,2	31.178,3	18.153,3	15.240,5
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2	39.253,1	27.393,3	26.281,6	30.930,9	18.043,8	15.035,7
V.1.2 - Dívida Contratual	357,1	91,7	100,7	103,1	107,7	110,0	125,7	98,1	117,3	111,6	247,5	109,5	204,8
V.2 - Amortização da Dívida Externa	796,7	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7	1.849,5	3.449,4	3.678,9	134,6	162,9	2.781,6
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>12.332,2</b>	<b>1.646,9</b>	<b>8.103,3</b>	<b>17.020,2</b>	<b>-1.984,1</b>	<b>9.482,2</b>	<b>8.410,5</b>	<b>5.928,9</b>	<b>-540,6</b>	<b>12.163,0</b>	<b>3.796,8</b>	<b>20.737,2</b>	<b>11.493,0</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>560,8</b>	<b>-1.018,6</b>	<b>-649,4</b>	<b>3.908,8</b>	<b>-1.048,5</b>	<b>3.707,4</b>	<b>2.020,9</b>	<b>-2.661,8</b>	<b>-876,8</b>	<b>3.768,4</b>	<b>-2.999,2</b>	<b>-3.026,8</b>	<b>-35.299,1</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>23.539,6</b>	<b>-3.218,4</b>	<b>6.999,5</b>	<b>26.756,6</b>	<b>-2.548,0</b>	<b>13.339,5</b>	<b>5.902,7</b>	<b>-4.832,2</b>	<b>-1.710,5</b>	<b>8.728,9</b>	<b>-3.197,7</b>	<b>12.307,1</b>	<b>-20.329,7</b>



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (\*)

R\$ milhões

	Dez/2004	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2005
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>4.570,3</b>	<b>38.081,4</b>	<b>4.430,6</b>	<b>17.308,8</b>	<b>36.872,5</b>	<b>7.407,4</b>	<b>3.120,9</b>	<b>27.436,6</b>	<b>15.723,2</b>	<b>11.268,4</b>	<b>28.818,7</b>	<b>5.373,2</b>	<b>12.200,9</b>
I.1. Emissão de Títulos	3.399,6	35.965,9	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0	24.823,0	12.123,3	9.397,4	26.309,3	3.046,9	8.450,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.116,5	1.984,3	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9	2.455,5	3.420,9	1.795,9	2.433,6	2.227,6	3.717,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	54,2	131,2	35,6	78,9	46,4	127,2	160,0	158,1	178,9	75,2	75,9	98,7	32,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>4.009,5</b>	<b>39.100,0</b>	<b>5.080,1</b>	<b>13.400,0</b>	<b>37.921,0</b>	<b>3.700,0</b>	<b>1.100,0</b>	<b>30.098,3</b>	<b>16.600,0</b>	<b>7.500,0</b>	<b>31.818,0</b>	<b>8.400,0</b>	<b>47.500,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	2.789,5	36.150,0	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0	27.000,0	15.124,9	6.500,0	28.234,2	6.400,0	41.642,2
II.2. Encargos da DPMF	1.220,0	2.950,0	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0	3.098,3	1.475,1	1.000,0	3.583,7	2.000,0	5.857,8
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>560,8</b>	<b>-1.018,6</b>	<b>-649,4</b>	<b>3.908,8</b>	<b>-1.048,5</b>	<b>3.707,4</b>	<b>2.020,9</b>	<b>-2.661,8</b>	<b>-876,8</b>	<b>3.768,4</b>	<b>-2.999,2</b>	<b>-3.026,8</b>	<b>-35.299,1</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (\*)**

R\$ milhões

	Dez/2004	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2005
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	8,1	1,3	32,1	19,4	2,2	35,0	19,4	20,9	1,5	1,5	1,2	15,6	54,1
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	21,7	0,0	26,3	0,8	0,1	0,2	0,2	177,9	57,3	0,1	0,1	4,2	0,3
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	156,9	80,0	101,0	125,1	29,6	48,4	-2,5	29,0	-49,8	75,6	215,5	154,4	291,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,5
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	146,6	78,0	90,3	115,1	19,6	18,1	-42,9	7,5	-50,8	44,0	214,5	118,4	243,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	10,2	2,0	10,3	10,0	10,0	30,0	40,1	20,5	0,0	30,5	0,0	35,2	47,3
<b>IV. PRONAF</b>	280,3	-3,5	47,7	17,5	5,8	35,4	9,5	156,5	61,1	251,9	-14,6	27,2	219,6
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	254,5	6,8	38,4	18,6	3,0	34,8	16,8	134,1	66,6	263,9	-4,1	50,8	132,7
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	25,8	-10,4	9,4	-1,1	2,8	0,5	-7,3	22,4	-5,5	-11,9	-10,5	-23,5	86,9
<b>V. PROEX</b>	132,6	-81,2	225,0	31,6	-82,4	72,3	136,9	33,0	25,6	55,5	48,8	76,6	124,2
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	160,4	0,0	187,5	16,9	8,7	54,5	28,3	55,5	34,0	24,1	28,8	23,7	146,7
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-27,9	-81,2	37,5	14,7	-91,1	17,7	108,6	-22,5	-8,4	31,4	20,0	52,9	-22,5
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)</b>	99,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	278,9	12,0	28,1	404,4	92,4	17,9	295,7
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	0,0	0,0	3,9	17,2	22,6	68,8	3,9	2,5	26,9	20,1	90,7	0,0	0,0
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	1.109,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	884,4	11,6	1.803,3
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)</b>	68,5	7,4	9,5	3,1	10,7	6,7	11,3	9,5	97,3	62,3	107,9	81,7	137,5
<b>XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)</b>	-40,4	-53,7	219,5	-41,0	-54,9	83,7	-38,3	-53,8	-39,9	-41,0	-53,6	-40,3	95,8
<b>XII. TOTAL</b>	1.836,2	-49,7	665,1	173,7	-66,2	350,4	419,4	387,5	208,2	830,6	1.372,9	349,0	3.023,0

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Dez/2004	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2005
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>210.377,3</b>	<b>213.143,7</b>	<b>233.446,4</b>	<b>256.962,1</b>	<b>251.147,3</b>	<b>275.028,8</b>	<b>293.193,4</b>	<b>299.208,3</b>	<b>304.265,9</b>	<b>321.315,1</b>	<b>321.485,8</b>	<b>347.275,3</b>	<b>368.294,3</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1
Dívida Bancária	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3	24.922,5	24.911,2	24.900,7	24.874,5	24.840,5	24.773,2
INSS	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6
Lei 7.976/89	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4
Bônus Renegociação	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6
Lei 8.727/93	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8
Lei 9.496/97	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7
Recebíveis das Estatais	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5	-36.535,0	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1	-37.850,3
Outros	-45.388,6	-45.507,5	-45.088,1	-45.231,1	-45.468,8	-44.908,9	-44.610,5	-44.328,6	-44.020,3	-43.469,0	-43.436,0	-43.993,4	-44.135,1
Fat	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0
Demais Entidades	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-43.318,3	-43.972,2	-44.331,8	-44.894,3	-45.381,3	-45.903,5	-46.479,0	-47.002,2
Créditos das Operações Oficiais	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1
Arrecadação a Recolher	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-6.488,0	-8.863,0	-7.375,0	-7.055,4	-11.370,5	-7.239,0	-12,7
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>199.892,3</b>	<b>195.128,6</b>	<b>198.301,3</b>	<b>205.143,0</b>	<b>192.182,1</b>	<b>181.743,4</b>	<b>177.965,6</b>	<b>174.001,8</b>	<b>173.515,6</b>	<b>168.063,3</b>	<b>166.318,2</b>	<b>163.277,4</b>	<b>173.637,5</b>
Dívida Mobiliária	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9
Títulos Depositados em Garantias	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8
Dívida Contratual	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.318,1
Disponibilidades	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>410.269,6</b>	<b>408.272,3</b>	<b>431.747,7</b>	<b>462.105,0</b>	<b>443.329,4</b>	<b>456.772,2</b>	<b>471.159,0</b>	<b>473.210,1</b>	<b>477.781,5</b>	<b>489.378,4</b>	<b>487.804,0</b>	<b>510.552,7</b>	<b>541.931,8</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>23,2%</b>	<b>22,9%</b>	<b>24,0%</b>	<b>25,5%</b>	<b>24,3%</b>	<b>24,8%</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,8%</b>	<b>25,6%</b>	<b>26,6%</b>	<b>28,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Dez/2004	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2005
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>160.369,3</b>	<b>157.408,0</b>	<b>160.960,6</b>	<b>167.327,2</b>	<b>156.421,6</b>	<b>148.544,5</b>	<b>147.373,0</b>	<b>142.731,4</b>	<b>142.485,5</b>	<b>139.016,0</b>	<b>136.989,7</b>	<b>134.926,1</b>	<b>144.155,9</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>38.358,1</b>	<b>37.930,3</b>	<b>37.499,7</b>	<b>38.487,3</b>	<b>34.186,4</b>	<b>32.464,4</b>	<b>31.743,2</b>	<b>32.119,3</b>	<b>21.098,8</b>	<b>19.801,3</b>	<b>16.222,4</b>	<b>15.882,0</b>	<b>16.844,2</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	739,8	731,6	723,3	701,8	666,3	632,8	618,7	629,3	622,2	550,6	558,5	546,8	579,9
Par Bond (PB)	4.072,2	4.026,8	3.981,1	4.090,3	3.883,4	3.687,8	3.605,8	3.559,6	3.518,4	3.307,8	3.355,6	3.285,2	3.484,2
Discount Bond (DB)	3.478,2	3.439,4	3.400,4	3.493,7	3.316,9	3.149,8	3.079,8	3.074,6	3.039,6	2.857,6	2.898,9	2.838,1	3.010,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.115,6	1.103,2	1.090,6	1.120,6	945,7	898,0	878,1	893,1	883,1	830,2	736,9	721,5	765,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.705,5	15.530,4	15.354,0	15.775,3	14.188,9	13.474,2	13.174,8	13.399,6	2.590,8	2.435,7	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	8.793,8	8.695,8	8.597,0	8.832,9	7.827,0	7.432,7	7.267,6	7.391,6	7.308,7	6.871,2	6.472,6	6.336,8	6.720,7
New Money Bond (NMB)	2.488,4	2.460,7	2.432,8	2.499,5	2.109,4	2.003,1	1.958,6	1.992,1	1.969,7	1.851,8	1.643,8	1.609,3	1.706,8
Eligible Interest (EI)	1.964,5	1.942,6	1.920,5	1.973,2	1.248,9	1.186,0	1.159,6	1.179,4	1.166,2	1.096,4	556,1	544,4	577,4
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>122.011,2</b>	<b>119.477,6</b>	<b>123.460,9</b>	<b>128.839,8</b>	<b>122.235,2</b>	<b>116.080,1</b>	<b>115.629,7</b>	<b>110.612,1</b>	<b>121.386,6</b>	<b>119.214,7</b>	<b>120.767,2</b>	<b>119.044,0</b>	<b>127.311,7</b>
A-Bond	-	-	-	-	-	-	-	-	10.656,9	10.018,9	10.163,7	9.950,4	10.553,2
Euro 2005	4.480,9	4.240,1	4.259,2	4.283,9	4.039,8	3.667,0	3.523,2	-	-	-	-	-	-
Euro 2006	2.490,2	2.356,4	2.367,0	2.380,7	2.245,1	2.037,9	1.958,0	1.995,0	2.005,5	1.838,2	1.859,0	1.790,5	1.905,1
Euro 2007	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8
Euro 2009	1.809,7	1.712,5	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5
Euro 2010	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8
Euro 2011	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0
Euro 2012	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0
Euro 2015	-	-	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5
Euro libra 2007	768,9	742,0	749,0	756,8	725,5	655,9	631,2	630,4	639,3	587,8	598,2	572,8	603,3
Euro lira 2017	1.401,9	1.326,6	1.332,5	1.340,3	1.263,9	1.147,3	1.102,3	821,7	1.129,0	1.034,8	1.046,6	1.008,0	1.072,5
Global 2005	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	-	-	-	-	-	-
Global 2006	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1
Global 2007	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8
Global 2008	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8
Global 2009	7.299,6	7.218,2	7.136,3	7.332,1	6.961,1	6.610,5	6.463,6	6.573,9	6.500,2	6.111,1	6.199,3	6.069,3	6.436,9
Global 2010	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8
Global 2011	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9
Global 2012	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9
Global 2013	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9
Global 2014	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9
Global 2015	-	-	-	2.666,2	2.531,3	2.403,8	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	4.634,7	4.915,5
Global 2019	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7
Global 2020	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7
Global 2024	7.896,0	7.808,0	7.719,4	7.931,2	7.529,9	7.150,6	6.991,7	7.111,0	7.031,3	6.610,4	6.705,9	6.565,2	6.962,9
Global 2025	-	-	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	5.000,0	5.072,2	4.965,8	5.266,6
Global 2027	9.290,4	9.186,8	9.082,5	9.331,7	8.859,6	8.413,3	8.226,4	8.366,8	8.273,0	7.777,7	7.890,1	7.724,5	8.192,5
Global 2030	4.247,0	4.199,7	4.152,0	4.265,9	4.050,1	3.846,1	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1
Global 2034	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	4.700,8	4.781,0	4.727,4	4.444,4	4.508,6	4.414,0	5.851,8
Global 2040	13.689,6	13.536,9	13.383,2	13.750,4	13.054,7	12.397,1	12.121,7	12.328,6	12.190,3	11.460,6	11.826,1	11.382,2	12.071,7
Global BRL 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.850,6	1.751,2	1.759,0	1.769,2	1.668,4	1.514,5	1.455,1	1.084,7	1.490,4	1.366,0	1.381,5	1.330,6	1.415,8
Marco Alemão 2008	1.388,0	1.313,4	1.319,3	1.326,9	1.251,3	1.135,8	1.091,3	813,5	1.117,8	1.024,5	1.036,1	998,0	1.061,8
Samurai 2006	1.553,0	1.517,0	1.486,6	1.447,2	1.326,2	1.275,5	1.271,5	1.271,5	1.281,0	1.174,3	1.165,8	1.189,2	1.189,2
Samurai 2007	2.070,7	2.022,7	1.982,2	1.986,1	1.929,7	1.768,2	1.695,4	1.700,7	1.708,0	1.565,7	1.549,3	1.474,4	1.585,6
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.674,2</b>	<b>-3.797,9</b>	<b>-3.697,2</b>	<b>-3.778,8</b>	<b>-3.740,1</b>	<b>-3.690,0</b>	<b>-3.691,4</b>	<b>-3.629,2</b>	<b>-3.723,4</b>	<b>-3.289,1</b>	<b>-3.254,6</b>	<b>-3.210,7</b>	<b>-3.524,8</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>43.574,2</b>	<b>41.960,5</b>	<b>41.498,8</b>	<b>42.038,0</b>	<b>39.843,6</b>	<b>37.207,6</b>	<b>34.613,5</b>	<b>35.240,4</b>	<b>35.094,3</b>	<b>32.665,9</b>	<b>32.932,0</b>	<b>32.016,8</b>	<b>33.318,1</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-377,0</b>	<b>-442,0</b>	<b>-460,9</b>	<b>-443,5</b>	<b>-343,0</b>	<b>-318,7</b>	<b>-329,5</b>	<b>-340,8</b>	<b>-340,8</b>	<b>-329,6</b>	<b>-348,9</b>	<b>-454,9</b>	<b>-311,7</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>199.892,3</b>	<b>195.128,6</b>	<b>198.301,3</b>	<b>205.143,0</b>	<b>192.182,1</b>	<b>181.743,4</b>	<b>177.965,6</b>	<b>174.001,8</b>	<b>173.515,6</b>	<b>168.063,3</b>	<b>166.318,2</b>	<b>163.277,4</b>	<b>173.637,5</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>11,3%</b>	<b>10,9%</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,3%</b>	<b>10,5%</b>	<b>9,9%</b>	<b>9,6%</b>	<b>9,3%</b>	<b>9,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>8,7%</b>	<b>8,5%</b>	<b>9,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Dez/2004	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2005
<b>DIVIDA MOBILIARIA TOTAL</b>	<b>1.102.253,5</b>	<b>1.116.862,3</b>	<b>1.130.190,1</b>	<b>1.159.027,9</b>	<b>1.160.228,9</b>	<b>1.179.927,0</b>	<b>1.200.961,5</b>	<b>1.211.797,7</b>	<b>1.216.689,7</b>	<b>1.233.347,3</b>	<b>1.240.924,8</b>	<b>1.268.769,5</b>	<b>1.256.713,1</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>799.217,5</b>	<b>815.449,1</b>	<b>835.428,5</b>	<b>862.116,1</b>	<b>863.748,9</b>	<b>878.750,1</b>	<b>896.348,3</b>	<b>906.625,4</b>	<b>910.879,9</b>	<b>924.596,5</b>	<b>930.355,7</b>	<b>956.421,2</b>	<b>976.439,1</b>
Dívida Securitizada	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0	23.551,2	23.664,6	23.535,8	20.307,2	19.797,2	18.084,3
TDA	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0	3.044,6	3.060,2	3.220,6	3.297,4	3.437,1	3.447,5
LTN	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7	198.276,4	212.425,7	232.414,2	220.973,3	248.998,3	263.451,3
LFT	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9	516.363,8	505.969,8	498.798,1	516.796,6	505.983,8	497.907,6
LFT-A	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9	3.919,2	3.945,9	3.966,3	3.982,7	3.997,7	4.016,0
LFT-B	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0	4.279,7	3.901,0	3.497,9	3.188,3	3.062,2	2.704,3
NTN-A	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8	10.627,3	10.536,9	9.902,2	9.901,9	9.721,6	10.335,8
NTN-B	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1	37.333,0	37.906,5	39.579,5	42.426,4	50.600,5	73.824,5
NTN-C	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1	75.478,4	75.405,4	75.198,5	75.261,8	76.183,1	66.993,8
NTN-D	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0	5.676,0	5.652,9	5.807,8	4.912,0	4.865,3	5.206,3
NTN-F	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8	6.823,1	7.360,6	7.942,0	8.631,8	9.172,9	9.615,4
NTN-I	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,1	1.594,8	1.551,0	1.531,8	1.576,4	1.573,4	1.507,6	1.516,5	1.492,1	1.665,7
NTN-P	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4	2.980,6	3.005,3	3.027,7	3.049,0	3.073,4	3.095,4
CFT-A	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6	10.601,3	10.426,2	10.271,2	10.191,5	10.127,2	10.037,5
CFT-D	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0	2.211,6	2.179,1	2.041,4	2.063,5	2.012,9	2.127,2
Demais	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2	3.882,8	3.866,5	3.885,6	3.855,8	3.895,9	3.926,5
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>303.035,9</b>	<b>301.413,3</b>	<b>294.761,5</b>	<b>296.911,8</b>	<b>296.480,0</b>	<b>301.176,9</b>	<b>304.613,1</b>	<b>305.172,3</b>	<b>305.809,8</b>	<b>308.750,8</b>	<b>310.569,1</b>	<b>312.348,3</b>	<b>280.274,0</b>
LTN	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9	126.068,8	140.065,1	151.485,2	142.971,0	151.197,2	119.221,6
LFT	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7	132.988,3	120.253,6	117.194,4	123.787,2	117.912,6	120.035,6
NTN-D	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1	32.189,8	31.670,4	26.134,4	27.877,0	27.269,5	24.966,9
Demais	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4	13.925,4	13.820,8	13.936,8	15.933,8	15.969,0	16.050,0
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>45,2%</b>	<b>45,7%</b>	<b>46,5%</b>	<b>47,7%</b>	<b>47,3%</b>	<b>47,8%</b>	<b>48,4%</b>	<b>48,6%</b>	<b>48,5%</b>	<b>48,8%</b>	<b>48,8%</b>	<b>49,8%</b>	<b>50,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Dez/2004	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2005
<b>I. INTERNA</b>	<b>-149.919,4</b>	<b>-152.510,2</b>	<b>-154.717,5</b>	<b>-155.775,3</b>	<b>-158.525,6</b>	<b>-153.297,4</b>	<b>-154.155,6</b>	<b>-156.629,5</b>	<b>-158.044,2</b>	<b>-159.199,3</b>	<b>-159.472,0</b>	<b>-161.358,7</b>	<b>-163.869,2</b>
Dívida contratual	380,2	373,9	370,4	377,8	346,5	327,4	296,9	301,7	298,9	279,3	269,9	266,7	256,3
FAT	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0
Aplicações financeiras	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9
Fundos Regionais	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-25.647,0	-26.290,4	-26.662,6	-27.043,2	-27.280,4	-27.703,7	-28.008,5	-28.512,8
Demais	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-377,0</b>	<b>-442,0</b>	<b>-460,9</b>	<b>-443,5</b>	<b>-343,0</b>	<b>-318,7</b>	<b>-329,5</b>	<b>-340,8</b>	<b>-340,8</b>	<b>-329,6</b>	<b>-348,9</b>	<b>-454,9</b>	<b>-311,7</b>
Disponibilidades	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-150.296,4</b>	<b>-152.952,2</b>	<b>-155.178,4</b>	<b>-156.218,8</b>	<b>-158.868,6</b>	<b>-153.616,0</b>	<b>-154.485,1</b>	<b>-156.970,2</b>	<b>-158.384,9</b>	<b>-159.528,9</b>	<b>-159.820,9</b>	<b>-161.813,5</b>	<b>-164.180,9</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,3%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,5%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração



TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ DEZEMBRO 2004/2005 (\*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004					2005				
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (1)		Dotação Autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (1)	
				Do exercício	De exercícios anteriores				Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	641.733,0	523.479,6	523.479,1	476.397,9	31.505,8	971.596,1	772.194,3	772.193,8	623.456,3	35.953,8
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.740,0	2.415,8	2.415,8	2.398,1	1,0	2.300,0	1.960,8	1.960,8	1.913,4	14,4
Advocacia-Geral da União	87.128,6	64.034,1	64.034,1	57.690,2	3.691,9	89.808,2	80.590,8	80.590,8	61.054,8	5.109,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	764.036,4	612.471,8	610.055,4	522.356,2	57.797,1	865.106,2	658.242,9	657.625,8	553.803,7	78.854,3
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.904.788,4	1.814.746,5	1.814.746,5	1.479.562,1	274.832,6	2.542.470,1	2.256.313,4	2.256.312,9	1.907.745,4	314.483,8
Ministério da Fazenda	1.820.593,3	1.548.860,9	1.548.860,9	1.488.535,8	49.957,5	2.057.959,6	1.857.948,6	1.857.948,6	1.792.737,3	51.911,7
Ministério da Educação	6.236.621,4	5.765.489,0	5.765.489,0	4.876.606,7	779.600,7	7.248.714,4	6.841.315,4	6.841.315,4	5.885.203,0	855.289,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	608.703,3	398.450,7	398.450,7	371.616,6	19.023,9	553.825,0	484.209,7	484.209,7	450.525,9	21.661,0
Ministério da Justiça	838.626,2	727.587,4	727.587,4	606.953,2	100.049,3	1.064.846,1	902.775,1	902.775,1	734.553,2	102.489,8
Ministério de Minas e Energia	580.384,1	336.499,3	336.499,3	308.074,7	38.258,8	749.002,0	521.186,7	521.181,8	449.715,4	19.310,1
Ministério da Previdência Social	1.536.733,9	1.212.359,3	1.212.359,3	988.504,6	165.005,6	1.487.136,8	1.214.111,8	1.214.112,4	1.090.025,3	202.280,9
Ministério das Relações Exteriores	1.217.116,3	849.696,3	849.696,3	755.455,5	24.286,6	1.141.235,8	1.025.205,6	1.025.205,6	924.975,7	82.744,9
Ministério da Saúde	28.053.148,7	27.261.457,1	27.261.457,1	25.475.231,4	1.328.221,1	32.292.651,1	31.200.465,8	31.200.465,8	29.620.532,9	1.511.522,1
Ministério do Trabalho e Emprego	786.684,7	560.816,0	560.816,0	475.982,9	8.806,9	818.719,4	709.349,8	709.349,8	593.927,3	80.201,5
Ministério dos Transportes	700.176,2	492.490,9	492.490,9	411.463,4	107.355,7	715.504,2	557.545,0	557.545,0	446.242,8	73.562,1
Ministério das Comunicações	486.386,8	352.577,5	352.577,5	272.471,1	34.728,0	702.868,9	326.767,5	326.767,5	282.975,6	54.840,0
Ministério da Cultura	277.543,6	212.159,1	212.159,1	147.094,2	33.321,7	383.748,6	329.945,2	329.945,2	221.663,2	56.847,7
Ministério do Meio Ambiente	451.825,5	360.408,2	360.408,2	282.883,3	50.083,9	562.704,3	442.621,5	442.614,4	368.707,4	65.192,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	524.618,6	324.826,6	324.826,6	267.251,3	29.143,2	504.481,4	387.152,1	387.152,1	299.252,5	38.156,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	562.877,7	440.454,1	440.454,1	328.036,7	48.339,7	705.277,8	591.632,6	591.632,6	476.386,3	78.268,7
Ministério do Esporte	99.548,7	80.669,2	80.669,2	65.541,2	30.849,6	211.390,8	156.949,3	156.949,3	88.129,7	12.849,3
Ministério da Defesa	3.615.744,9	3.523.953,1	3.523.953,6	2.923.207,2	410.057,0	4.662.436,0	4.237.921,8	4.237.914,2	3.582.078,2	563.372,7
Ministério da Integração Nacional	253.691,4	200.660,7	200.660,7	141.916,7	27.762,1	337.017,8	238.628,5	238.625,6	165.196,6	36.928,3
Ministério do Turismo	224.931,0	182.359,5	182.359,5	127.032,1	9.417,1	359.771,7	267.585,9	267.585,9	217.249,3	50.090,0
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.737.646,5	5.639.322,3	5.639.262,4	5.363.361,6	211.419,0	6.385.148,7	6.151.008,9	6.151.007,1	6.033.429,4	202.872,4
Ministério das Cidades	332.154,0	262.673,2	262.673,2	208.899,3	24.934,7	425.902,2	363.445,7	363.445,7	269.308,5	29.599,7
Encargos Financeiros da União	-	-	-	-	-	187.229,3	161.343,3	161.343,3	120.429,9	-
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	152.396,5	135.917,3	135.917,3	117.536,1	-	158.740,6	157.755,9	157.755,9	136.320,5	18.366,2
Operações Oficiais de Crédito	102.893,6	37.595,8	37.595,8	25.979,5	-	280.743,6	132.332,5	132.332,5	109.298,0	-
<b>TOTAL</b>	<b>58.601.472,9</b>	<b>53.924.431,2</b>	<b>53.921.955,0</b>	<b>48.568.039,4</b>	<b>3.898.450,4</b>	<b>68.468.336,6</b>	<b>63.028.505,8</b>	<b>63.027.864,2</b>	<b>57.506.837,4</b>	<b>4.642.773,0</b>

Dados preliminares.

(\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

(1) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

**TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ DEZEMBRO 2004/2005 (\*)**

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004					2005				
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (1)		Dotação Autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (1)	
				Do exercício	De exercícios anteriores				Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	127.876,5	94.938,1	94.935,9	43.430,2	7.662,5	141.226,6	98.301,2	98.301,2	36.709,9	45.394,0
Gabinete da Vice-Presidência da República	110,0	109,6	109,6	107,5	-	200,0	6,8	6,8	6,8	-
Advocacia-Geral da União	14.598,6	12.841,5	12.841,5	1.048,5	4.102,0	8.221,1	6.335,1	6.335,1	1.402,4	11.660,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	180.641,7	121.836,1	121.698,9	33.662,5	54.522,8	366.712,1	252.223,6	252.127,8	49.592,4	80.855,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	262.307,3	227.679,3	227.676,5	159.122,9	108.201,9	706.837,8	480.610,2	480.610,2	239.347,3	62.783,3
Ministério da Fazenda (2)	122.616,0	72.047,8	72.047,8	60.689,7	8.391,6	361.601,9	348.834,8	348.834,8	207.693,2	10.394,7
Ministério da Educação	695.604,1	477.109,1	477.109,1	251.364,3	203.759,6	1.124.001,7	968.970,7	968.970,7	278.170,9	225.764,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	203.176,1	136.148,3	136.148,3	44.159,0	10.074,3	150.891,9	83.948,5	83.948,5	33.453,0	87.770,9
Ministério da Justiça	602.252,1	500.199,5	500.199,5	299.200,5	242.042,3	664.376,0	510.751,2	510.751,2	262.772,7	177.645,5
Ministério de Minas e Energia	66.374,7	45.257,3	45.257,3	34.295,5	3.755,9	40.411,5	19.067,7	19.067,7	12.461,4	7.958,0
Ministério da Previdência Social	41.050,7	34.718,5	34.718,5	8.087,5	37.182,9	100.906,7	71.573,7	71.573,7	5.766,8	24.205,0
Ministério das Relações Exteriores	39.665,2	28.802,0	28.802,0	27.581,6	918,9	68.151,7	65.654,2	65.654,2	62.732,9	1.068,7
Ministério da Saúde	2.516.792,0	1.876.445,4	1.876.445,4	541.979,8	732.707,2	2.607.090,0	2.102.959,3	2.102.959,3	252.692,7	822.526,9
Ministério do Trabalho e Emprego	42.644,2	23.554,9	23.554,9	17.016,2	2.986,1	34.799,3	25.430,7	25.430,7	16.994,1	5.142,5
Ministério dos Transportes	3.494.358,9	2.011.582,5	2.011.582,5	865.692,0	1.239.126,5	5.690.191,8	4.252.493,3	4.252.493,3	1.847.267,7	964.730,4
Ministério das Comunicações	62.900,9	39.357,5	39.357,5	12.098,7	9.001,9	151.300,8	42.130,0	42.130,0	10.515,2	14.189,8
Ministério da Cultura	97.821,1	45.247,4	45.247,4	12.052,8	12.799,7	129.264,9	72.884,5	72.884,5	36.611,1	26.253,3
Ministério do Meio Ambiente	96.802,2	40.461,1	40.461,1	15.227,8	19.810,7	121.298,9	53.107,6	53.107,6	17.768,1	15.015,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	35.499,4	23.064,4	23.064,4	6.300,4	1.414,4	42.276,8	12.314,5	12.314,5	2.392,2	15.716,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.194.851,8	1.083.260,7	1.083.260,7	846.988,1	122.811,0	1.232.409,7	1.059.700,3	1.059.700,3	869.627,1	190.763,7
Ministério do Esporte	249.620,3	156.255,5	156.255,5	45.092,8	95.090,4	463.978,7	256.877,1	256.877,1	4.341,1	79.854,8
Ministério da Defesa	1.598.129,2	1.526.598,0	1.526.598,0	801.854,0	413.291,1	2.004.420,6	1.579.630,5	1.579.630,5	876.482,3	522.952,7
Ministério da Integração Nacional	1.216.527,3	678.918,3	678.918,3	316.852,8	308.266,6	2.286.019,5	1.410.789,3	1.410.787,7	402.662,5	199.814,2
Ministério do Turismo	252.181,3	175.592,2	175.592,2	83.209,2	41.759,6	649.634,8	448.466,3	448.466,3	86.754,1	69.656,4
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	198.452,6	155.661,4	155.661,4	90.972,8	33.078,2	177.545,3	160.689,0	160.689,0	83.137,8	32.356,8
Ministério das Cidades	1.455.127,0	962.089,7	962.089,7	311.186,9	309.347,6	2.646.448,1	1.545.469,8	1.545.469,8	151.081,0	492.219,8
<b>TOTAL</b>	<b>14.867.980,8</b>	<b>10.549.775,9</b>	<b>10.549.633,8</b>	<b>4.929.273,9</b>	<b>4.022.105,9</b>	<b>21.970.218,0</b>	<b>15.929.219,9</b>	<b>15.929.122,4</b>	<b>5.848.436,6</b>	<b>4.186.694,2</b>

Dados preliminares.

 (\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

(1) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(2) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

### Dezembro / 2005

#### Comentários

Em Dezembro de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 40,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.426.892,2 (mil), em Dezembro de 2005, contra R\$ 4.584.065,9 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

#### Distribuição do FPM/FPE

Origens	2004			2005			Variação Nominal		
	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Dez / 2005	Dez / 2005	Jan a Dez / 2005
							Nov / 2005	Dez / 2004	Jan a Dez / 2004
FPM	1.717.344,0	2.119.622,3	21.321.985,3	2.344.548,1	3.287.073,4	26.675.875,9	40,2 %	55,1 %	25,1 %
FPE	1.638.801,2	2.022.688,0	20.345.552,4	2.239.517,8	3.139.818,8	25.463.501,9	40,2 %	55,2 %	25,2 %

#### Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Dezembro de 2005 foram efetuados nos dias 9, 20 e 29. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Dezembro	21,0 %	40,2 %	21,0 %	40,2 %	-14,0 %	10,9 %

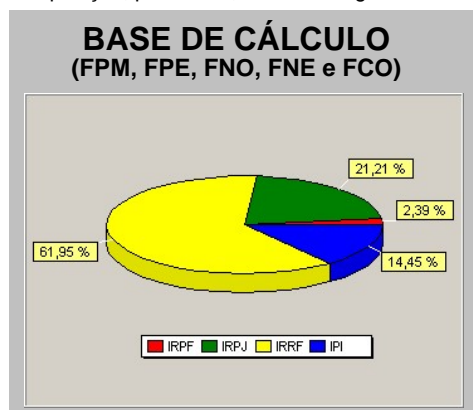
#### Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	jan/dez	fev/jan	mar/fev
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	12,1 %	1,0 %	-21,0 %
IPI-EXP	8,4 %	-12,0 %	-8,0 %

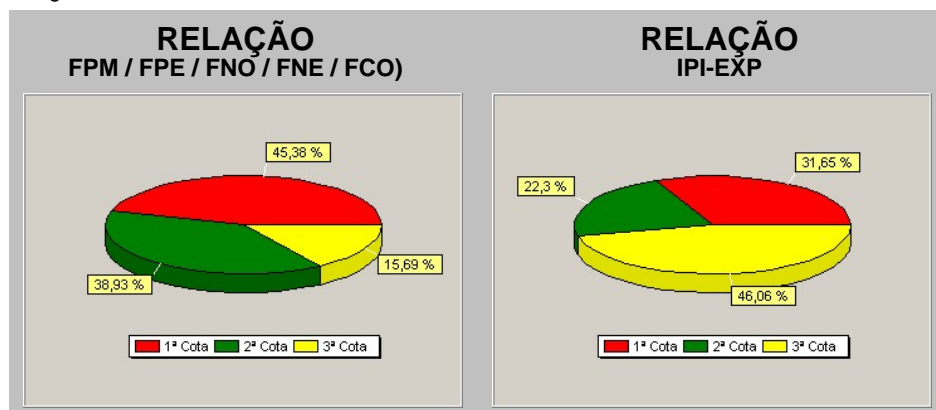
#### Composição dos Fundos

Em Dezembro de 2005 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



#### Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21//2005 a 20//2005, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Nov/3º DEC	813.236,1	6.983.216,6	7.796.452,7	Dez/1º DEC	1.424.801,7	1.491.071,6	69.125,1	526.764,4	3.511.762,8
Dez/1º DEC	573.032,1	6.115.894,4	6.688.926,5	Dez/2º DEC	1.222.401,3	1.279.257,2	48.707,7	450.064,6	3.000.430,9
Dez/2º DEC	1.183.585	1.511.986,8	2.695.571,8	Dez/3º DEC	492.615,7	515.528,1	100.604,7	195.661,5	1.304.410,1
<b>TOTAL</b>	<b>2.569.854,1</b>	<b>14.611.097,9</b>	<b>17.180.951,1</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.139.818,8</b>	<b>3.285.856,9</b>	<b>218.437,5</b>	<b>1.172.490,6</b>	<b>7.816.603,8</b>
Dez/3º DEC	608.044,4	7.965.946,4	8.573.990,8	Jan/1º DEC	1.566.896,8	1.639.775,7	51.683,8	575.004,1	3.833.360,4

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	18.350,46	107.413,2	22,59	22.236,26
Alagoas	AL	78.215,71	130.619,6	539,61	39.746,44
Amazonas	AM	45.223,43	87.613,5	5.969,54	24.923,6
Amapá	AP	11.618,57	107.130,62	5	21.129,37
Bahia	BA	293.815,76	295.023,66	13.220,13	107.825,34
Ceará	CE	171.911,8	230.365,37	2.850,48	72.185,34
Distrito Federal	DF	7.254,65	21.671,03	56,74	5.458,69
Espírito Santo	ES	58.671,59	47.097,28	9.721,55	22.192,57
Goiás	GO	119.479,87	89.268,19	2.157,31	37.785,83
Maranhão	MA	133.516,33	226.638,4	2.066,99	120.303,61
Minas Gerais	MG	432.089,47	139.863,23	24.821,21	110.797,21
Mato Grosso do Sul	MS	48.901,01	41.822,39	1.400,22	16.781,83
Mato Grosso	MT	62.185,98	72.463,88	2.055,74	24.949,37
Pará	PA	119.585,79	191.905,73	8.234,3	88.368,03
Paraíba	PB	106.210,77	150.362,78	843,09	45.548,63
Pernambuco	PE	163.256,85	216.653,78	1.235,97	67.892,55
Piauí	PI	81.783,06	135.684,13	121,19	43.328,91
Paraná	PR	221.905,83	90.527,26	24.335,09	63.714,73
Rio de Janeiro	RJ	97.069,95	47.967,01	22.392,27	32.038,96
Rio Grande do Norte	RN	81.678,95	131.178,49	1.403,71	37.964,68
Rondônia	RO	29.897,31	88.404,74	307,41	21.037,07
Roraima	RR	16.020,9	77.889,49	14,78	16.591,28
Rio Grande do Sul	RS	221.697,32	73.936,45	31.536,39	61.949,35
Santa Catarina	SC	127.775,37	40.183,4	19.268,22	34.566,34
Sergipe	SE	47.875,45	130.468,89	145,03	31.604,57
São Paulo	SP	440.697,3	31.398,19	43.687,51	102.827,73
Tocantins	TO	50.383,93	136.268,14	25,47	32.976,54
<b>Total</b>		<b>3.287.073,42</b>	<b>3.139.818,81</b>	<b>218.437,53</b>	<b>1.306.724,84</b>

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

## Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Janeiro	2005	16/02/2005
Fevereiro	2005	17/03/2005
Março	2005	19/04/2005
Abril	2005	02/06/2005
Maio	2005	24/06/2005
Junho	2005	29/07/2005
Julho	2005	18/08/2005
Agosto	2005	16/09/2005
Setembro	2005	25/10/2005
Outubro	2005	25/11/2005
Novembro	2005	16/12/2005

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN nº 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580  
 E-mail: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)

**Dezembro / 2005**

### Comportamento no Mês

Em Dezembro de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 3.459.654,3 (mil), contra R\$ 2.865.819,4 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 20,7% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 40,2% do FPE.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Novembro	Participação	Dezembro	Participação	Dez / Nov
FPM	412.724,1	14,4 %	578.640,6	16,7 %	40,2 %
FPE	395.209,0	13,8 %	554.085,7	16,0 %	40,2 %
IPI-EXP	34.766,3	1,2 %	38.547,8	1,1 %	10,9 %
LC 87/96	42.447,3	1,5 %	42.447,3	1,2 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	23.250,9	0,8 %	93.003,5	2,7 %	300,0 %
ICMS	1.957.421,8	68,3 %	2.152.929,5	62,2 %	10,0 %
<b>TOTAL</b>	<b>2.865.819,4</b>	<b>100,0 %</b>	<b>3.459.654,3</b>	<b>100,0 %</b>	<b>20,7 %</b>

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

### Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: [fundef@mec.gov.br](mailto:fundef@mec.gov.br);
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC  
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510  
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580  
E-mail: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)

### Complementação da União

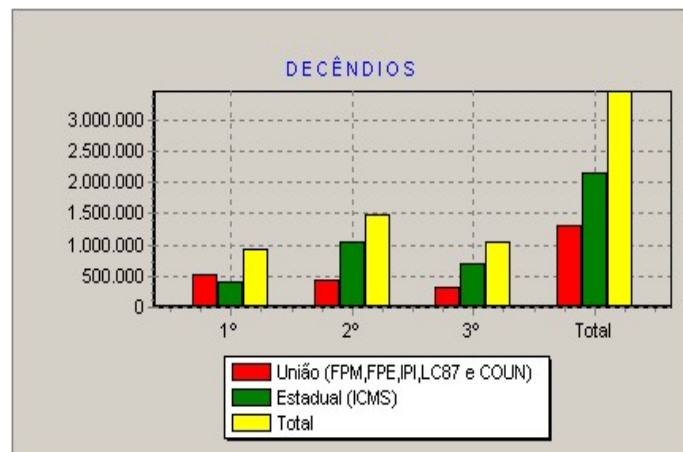
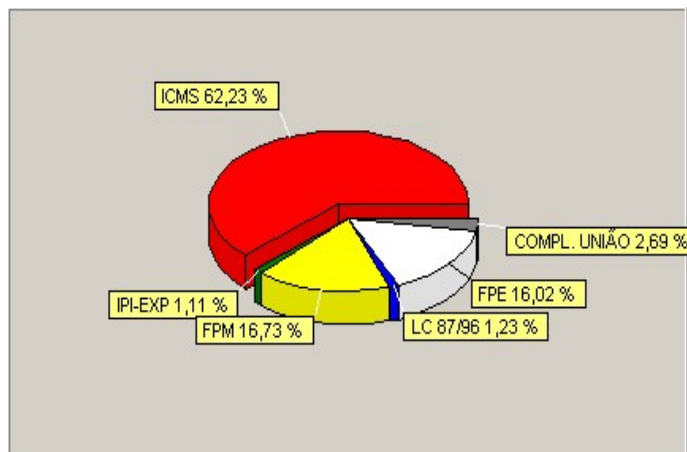
Portaria MF nº 41, de 29/03/2005, publicada no D.O.U. em 31/03/2005, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	1.830.630	610.210	610.210	610.210	1.830.630	610.210	610.210	610.210	610.210	2.440.840
Maranhão	0	0	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	13.917.165	55.668.660
Pará	0	0	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	7.522.815	30.091.260
Piauí	0	0	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	1.200.695	4.802.780
<b>TOTAL</b>			<b>69.752.655</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>69.752.655</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>93.003.540</b>

## FUNDEF Brasil por Origem

## FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



## Distribuição do FUNDEF por Estado

R\$ Mil

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
Acre	144.012	18.955	3.238	4	0	39	7.331	29.567	205,3	1.598,3
Alagoas	686.155	23.051	13.803	95	2.441	357	15.642	55.388	80,7	672,3
Amapá	124.616	18.905	2.050	1	0	173	3.483	24.612	197,5	1.674,1
Amazonas	737.073	15.461	7.981	1.053	0	428	40.354	65.278	88,6	885,1
Bahia	2.886.955	52.063	51.850	2.333	0	1.580	102.202	210.027	72,8	656,9
Ceará	1.585.399	40.653	30.337	503	0	692	41.033	113.218	71,4	651,0
Distrito Federal	294.440	3.824	1.280	10	0	344	0	5.459	18,5	155,1
Espírito Santo	501.939	8.311	10.354	1.716	0	1.812	32.142	54.335	108,2	1.520,0
Goiás	915.092	15.753	21.085	381	0	567	75.273	113.059	123,5	1.032,4
Maranhão	1.475.516	39.995	23.562	365	55.669	713	18.884	139.187	94,3	667,1
Mato Grosso	575.990	12.788	10.974	363	0	825	41.130	66.079	114,7	1.168,8
Mato Grosso do Sul	404.776	7.380	8.630	247	0	525	33.037	49.819	123,1	1.228,6
Minas Gerais	3.257.717	24.682	76.251	4.380	0	5.484	235.867	346.664	106,4	1.009,4
Paraná	1.558.298	15.975	39.160	4.294	0	4.285	112.839	176.553	113,3	1.190,6
Paraíba	773.710	26.535	18.743	149	0	122	21.183	66.731	86,2	743,4
Pará	1.554.289	33.866	21.103	1.453	30.091	1.855	56.558	144.926	93,2	659,7
Pernambuco	1.429.101	38.233	28.810	218	0	631	65.911	133.803	93,6	784,9
Piauí	663.490	23.944	14.432	21	4.803	128	13.170	56.498	85,2	709,2
Rio Grande do Norte	543.826	23.149	14.414	248	0	154	22.545	60.510	111,3	1.007,2
Rio Grande do Sul	1.541.054	13.048	39.068	5.565	0	4.268	191.103	253.053	164,2	1.449,4
Rio de Janeiro	2.002.925	8.465	17.130	3.952	0	2.493	224.707	256.746	128,2	1.136,3
Rondônia	300.173	15.601	5.276	54	0	106	17.395	38.432	128,0	1.187,8
Roraima	75.189	13.745	2.827	3	0	16	2.715	19.306	256,8	2.168,6
Santa Catarina	878.422	7.091	22.549	3.400	0	1.526	78.225	112.791	128,4	1.339,7
Sergipe	378.202	23.024	8.449	26	0	106	13.438	45.043	119,1	1.078,1
São Paulo	5.091.365	5.541	76.394	7.710	0	13.183	671.986	774.814	152,2	1.667,3
Tocantins	263.208	24.047	8.891	4	0	33	14.778	47.754	181,4	1.399,8
<b>TOTAL</b>	<b>30.642.932</b>	<b>554.086</b>	<b>578.641</b>	<b>38.548</b>	<b>93.004</b>	<b>42.447</b>	<b>2.152.929</b>	<b>3.459.654</b>	<b>112,9</b>	<b>1.068,6</b>

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 743, de 07/03/2005. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.